

Diário do Legislativo de 08/08/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Solenidade Realizada na 59ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização de Homenagem à Maçonaria Deus e Liberdade por Seus 74 Anos de Fundação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/8/2006

Presidência do Deputado Laudelino Augusto

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras do Sr. Sebastião Rocha - Palavras do Sr. Coriolando Ribeiro Afonso - Entrega de placa - Apresentação Musical - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Sebastião Rocha, Representante da Loja Maçônica Deus e Liberdade; Coriolando Ribeiro Afonso, Presidente do Conselho Venerável do Norte de Minas, representando o Sr. Carlos Alberto de Campos Falcão; Hedison Damasceno, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; Affonso Romildo Alves Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Grande Oriente de Minas Gerais; Durleno Barbosa de Rezende, Grande-Secretário de Interior Política e Relações Públicas do Grande Oriente de Minas Gerais; Joaquim Dourado, Venerável da Loja Maçônica General Moreira Sampaio; e Janir Adir Moreira, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; e a Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A locutora - Destina-se esta parte da reunião à realização de homenagem à Maçonaria Deus e Liberdade por seus 74 anos de fundação e às lojas maçônicas do Norte de Minas Gerais.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência de Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exmo. Srs. Deputado Estadual Laudelino Augusto, representando, nesta oportunidade, o Sr. Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa; Sebastião Rocha, representante da Loja Maçônica Deus e Liberdade; Coriolando Ribeiro Afonso, Presidente do Conselho Venerável do Norte de Minas, representando o Sr. Carlos Alberto de Campos Falcão; Hedison Damasceno, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; Affonso Romildo Alves Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Grande Oriente de Minas Gerais; Durleno Barbosa de Rezende, Grande-Secretário de Interior, Política e Relações Públicas do Grande Oriente de Minas Gerais; Joaquim Dourado, Venerável da Loja Maçônica General Moreira Sampaio. A todos que nos deram a honra de estar conosco nesta tarde, para que a Assembléia, com todos os seus Deputados, pudesse homenagear esse serviço de resgate do ser humano do Norte de Minas, os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados reunidos aqui nesta Casa Legislativa, queremos render homenagens, curvar-nos frente a essa importante instituição filosófica, filantrópica, educativa e progressista: a maçonaria. Da Revolução Francesa, surgiu o seu legado - liberdade, igualdade e fraternidade -, que rapidamente se espalhou e se firmou em todo o planeta com força avassaladora.

Mas vamos parar os relatos históricos, pois o que quero mesmo é exaltar a Loja Maçônica Deus e Liberdade, que completa, em Montes Claros, 74 anos de existência. Ao mesmo tempo, quero estender as homenagens desta Casa a todas as lojas maçônicas do Norte de Minas.

Nossa região, há mais de 150 anos, beneficia-se com a ajuda efetiva dos maçons. Ajuda no maior sentido evangélico que é o socorro secreto e sigiloso aos desesperançados e desamparados. Inúmeros são os atos de progresso em nossas cidades, onde encontramos a mão firme da maçonaria.

Sem discriminar, sem privilegiar, vemos a maçonaria em nosso sofrido sertão. No período de 1982 a 1988, 34 cidades da nossa região eram governadas por maçons. Em Montes Claros, um dos nossos mais reverenciados Prefeitos, o Sr. Antônio Lafetá Rebelo, foi candidato único, por força e influência maçônica. Marcou época em nossa cidade, numa arrancada de progresso que até hoje nos encanta.

A Loja Maçônica Deus e Liberdade abriu nossos horizontes para a maçonaria regional, restaurou lojas existentes e fundou várias outras. Teve papel importante no desenvolvimento de nosso Município: na área da educação, ajudou no crescimento da Unimontes, na implantação do Colégio São José, na fundação da biblioteca pública; na área da comunicação, construiu inicialmente um estúdio de rádio e, depois, de televisão. Além disso, implantou a companhia telefônica; no esporte, foi responsável pela construção do Estádio João Rebelo; na área industrial, participou da construção do Frigonorte, Passonorte e Cortnorte; na área da saúde, implantou a primeira farmácia comunitária da cidade e o primeiro banco de sangue; na agropecuária, participou da implantação do Parque de Exposições João Alencar Athayde.

Ao mesmo tempo em que respeito na maçonaria a sua capacidade progressista e de filantropia, exalto ainda, de maneira especial, sua capacidade de formar homens retos e honestos. Na máxima 'é modificando o homem que modificamos o mundo', achamos a chave maçônica para tornar feliz a humanidade.

Por tudo isso, senhoras e senhores, minha homenagem à maçonaria do Norte de Minas, destacando o Conselho de Veneráveis, com suas inúmeras lojas. Homenageio aqui cada um entre os numerosos maçons pioneiros do nosso progresso.

Dia 22 próximo é o Dia do Maçom, e quero antecipar aqui a minha homenagem, deixando o meu afetuoso abraço a cada um daqueles que plantam o progresso e as virtudes que engrandecem qualquer cidadão.

Para terminar, esta Assembléia Legislativa, reconhecendo o importante e valioso serviço prestado pela maçonaria em nossa região, quer entregar a cada um dos representantes das lojas maçônicas aqui presente um título de instituição benemerita, pelo trabalho, pelo resgate e pela promoção da nossa gente sofrida do Norte de Minas.

Gostaria que o maçom homenageado se levantasse para entregarmos o Título de Cidadão Benemérito do Norte de Minas: Clemente de Jesus Santos, representando a Loja Maçônica União, Paz e Justiça; Francisco Alves dos Santos Filho, representando a Loja Maçônica Deus, União, Trabalho; Sebastião Rocha de Oliveira, representando a Loja Maçônica Deus e Liberdade; Jackson Prates Oliveira, representando a Loja Maçônica Filhos de Hiram; Antônio Rocha Caldeira, representando a Loja Maçônica Esperança do Norte; Waldomiro Barbosa de Oliveira, representando a Loja Maçônica Estrela do Norte; Hélio Machado de Oliveira, representando a Loja Maçônica Vale do Uruçuia; Delcídes Marques de Oliveira, representando a Loja Maçônica Acácia Montes-clarense; Aduino Vieira de Fátima, representando a Loja Maçônica Apóstolos da Galiléia; Tarley de Carvalho, representando a Loja Maçônica Estrela de Montes Claros.

- Procede-se à entrega dos títulos.

Para terminar, gostaria de pedir a Deus que abençoe cada uma das lojas maçônicas do Norte de Minas. E que, em nossa terra, em nossa região, as lojas maçônicas se multipliquem para que possamos ver o nosso povo cada vez mais rico, com mais progresso e mais felicidade.

Muito obrigado por estarem aqui, pelo trabalho filantrópico e pelo trabalho de crescimento do ser humano que executam em nossa região.

Palavras do Sr. Sebastião Rocha

Deputado Laudelino Augusto, que, nesta oportunidade, representa o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; prezado irmão Coriolando Ribeiro Afonso, Vereador de Montes Claros e Presidente do Conselho Venerável do Norte de Minas, representando o irmão Carlos Alberto de Campos Falcão; prezados irmãos Hedison Damasceno, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; Affonso Romildo Alves Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Grande Oriente de Minas Gerais; e Durleno Barbosa de Rezende, Grande-Secretário de Interior, Política e Relações Públicas do Grande Oriente de Minas Gerais; prezado irmão de sangue Joaquim Rocha Dourado, Venerável Mestre da Loja Maçônica General Moreira Sampaio; Deputada Ana Maria Resende Vieira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. Jairo Ataíde Vieira, ex-Deputado desta Casa e Prefeito da nossa cidade, Montes Claros; amados irmãos; senhores e senhoras.

Aproveitamos para agradecer à Deputada Ana Maria Resende. A comunidade maçônica do Norte de Minas lhe é eternamente grata.

Com muita honra e emoção, recebemos esta homenagem, em nome da Loja Maçônica Deus e Liberdade, Oriente de Montes Claros, da qual sou Venerável, que nos presta esta Casa do povo, onde impera a igualdade, a fraternidade e a liberdade. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem brilhantemente dignificado o nosso país dando exemplos de princípios éticos e de honestidade, tão escassos em alguns políticos representantes do povo em nível federal.

Da mesma forma, em nome do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas e de todas as lojas maçônicas filiadas, do qual fui Presidente até junho próximo passado, recebo esta homenagem.

Os maçons brasileiros trouxeram para o Brasil o grito de liberdade, igualdade e fraternidade. Ademais, foram responsáveis pela democracia brasileira, que nasceu dos sonhos e dos ideais maçônicos.

A Loja Maçônica Deus e Liberdade, que em 18/9/2006 completa 74 anos, participou ativamente do desenvolvimento de Montes Claros, bem como da região Norte mineira. Seus membros lutaram pela concretização dos sonhos da comunidade, a exemplo da implantação e da construção do Colégio Marista São José, da implantação e da captação dos primeiros sinais de televisão, da implantação da TV Montes Claros - hoje TV Grande Minas -, e da implantação da Companhia Telefônica de Montes Claros - hoje Telemar. Além disso, participou diretamente do desenvolvimento industrial e pecuário, da criação da Apae, de hospitais e de bancos de sangue etc. Diversos de seus membros foram Prefeitos de Montes Claros, contribuindo muito para o desenvolvimento da cidade. O Sr. Antônio Lafeté Rebello foi considerado um dos melhores Prefeitos da nossa cidade e de seus cidadãos mais honestos e honrados.

A Loja Maçônica Deus e Liberdade trabalhou ativamente pela implantação do 10º Batalhão de Polícia de Montes Claros e do 55º Batalhão de Infantaria do Exército e da Polícia Federal em nossa cidade.

Como vocês podem ver, estamos incrustados em nossa cidade de Montes Claros.

Em nossa gestão à frente do Conselho de Veneráveis de Lojas Maçônicas do Norte de Minas, fizemos uma administração mais política que ritualística, pois eram muitos os problemas que afligiam Montes Claros e demais cidades do Norte de Minas. Fomos contra o desarmamento, pois, segundo Jesus Cristo (Lucas 11:21), "quando o homem valente, bem armado, guarda sua própria casa, ficam em segurança todos os seus bens".

Entendemos que são os bandidos que devem ser desarmados, e não os cidadãos ordeiros. Lutamos tenazmente pela segurança de nossa cidade e região, e obtivemos os frutos de nossos anseios, com o governo estadual respondendo à altura do que foi pleiteado, com a ajuda maciça de Deputados de nossa região.

A maçonaria se uniu aos anseios do povo e conseguiu a convergência de esforços, inclusive do governo, para melhorar nossa segurança. A alma do maçom espelha a pureza dos humildes. Por isso Montes Claros e a região do Norte de Minas entoam cânticos de louvor ao ver a Loja Maçônica Deus e Liberdade e todas as lojas maçônicas do Norte de Minas serem homenageadas por essa egrégia Casa do povo mineiro.

O objetivo da maçonaria é o aperfeiçoamento do homem por meio da investigação constante da verdade, reforçando seu caráter, melhorando sua visão do culto inflexível da moral e da prática desinteressada e da solidariedade, alargando seu horizonte mental e espiritual.

Mantém em crescente progresso o seu antigo e verdadeiro caráter, tendo como premissa a prática das virtudes, da liberdade e da igualdade, com consciente subordinação, disciplina e leal fraternidade, a fim de que os maçons, ampliando e fortificando todas as faculdades morais e espirituais, possam cumprir seus mútuos deveres e infundir, nos usos e costumes da sociedade civil, os são princípios da filosofia humanitária.

A Ordem Maçônica foi e será a união consciente dos homens sábios e virtuosos, livres e de bons costumes; homens que se consideram irmãos entre si, que vivem em perfeita igualdade, intimamente unidos por laços de recíproca estima, confiança, respeito e amizade, propagando a prática das virtudes e esclarecendo os demais homens, de modo a prepará-los para a emancipação progressiva e pacífica da humanidade.

A maçonaria é, portanto, uma escola de moral, de filosofia social e espiritual, conduzindo os maçons à prática do aperfeiçoamento dos mais elevados deveres do cidadão, patriota e soldado. Não é imposto nenhum limite à busca da verdade. É a alma de cada maçom. O que é virtude em um profano é obrigação em um maçom. O maçom opera, portanto, pela alma de maçom, que é antes de tudo amor, justiça e a constante busca da verdade, incentivadas pelas virtudes que lhe ornaram a alma.

O maçom, ao caminhar em busca da luz, encontra força para trabalhar a pedra bruta, aparando suas arestas com ferramentas adequadas, convertendo-a em uma pedra lapidada, que facilitará a prática do bem sobre o mundo, tornando-o melhor para a humanidade, dentro da estrutura traçada pelo Grande Arquiteto do Universo.

Os maçons consideram-se iguais e irmãos, só há entre eles as diferenças que decorrem do exercício das virtudes e da prestação de serviços à ordem maçônica e à humanidade.

Eles têm por dever praticar as boas ações para com o próximo, combater a ambição, o orgulho, o erro e os preconceitos, lutar incessantemente, sem tréguas, contra a ignorância, a mentira, a falsidade, o fanatismo e o obscurantismo, praticar continuamente a justiça. A prática das virtudes não é questão de qualidade dos maçons, e sim cumprimento elementar do dever. A maçonaria socorre o fraco e defende o oprimido, tem responsabilidade e deveres para com a sociedade e os homens, combate os inimigos da humanidade, tais como os hipócritas que a enganam, os pérfidos que a defraudam, os ambiciosos que a usurpam e os corruptos e sem princípios que abusam da confiança dos povos.

Não se pode atribuir à maçonaria qualquer propósito impatriótico, pois agride a inviolabilidade dos deveres do maçom para com a Pátria e a soberania nacional. São Francisco de Assis implorou ao Grande Arquiteto do Universo que faça da gente um instrumento em suas mãos, de paz, amor, fé, esperança, caridade e luz.

O autêntico maçom tem consciência de que exerce uma ação da própria natureza. Os seus ensinamentos e as suas práticas estão ligados à verdade, e o seu corpo é um templo de Deus: pelo propósito de servir, pela perfeição de seu caráter, por ser, em todos os tempos, um autêntico e abnegado mestre, pela força da ação do seu amor ao próximo e pela beleza que sempre irradiou. Basta olharmos o passado e vislumbrarmos os maçons que fizeram a história. Como exemplo, podemos citar: Voiture, Garibaldi, George Washington, Roosevelt e Lincoln.

Uma das personalidades americanas mais admiradas no mundo, Abrahão Lincoln afirmou: "A mais sublime de todas as instituições é a maçonaria, porque prega e luta pela fraternidade, que cultiva com devotamento; pratica a tolerância; e deseja a humanidade integrada em uma só família, cujos seres estejam unidos pelo amor, dominados pelo desejo de contribuir para o bem do próximo. É uma honra para mim ser maçom".

Um dos astros do iluminismo foi o irmão Voltaire, que teve a felicidade de afirmar: "A maçonaria é a entidade mais sublime que conheci. É uma instituição fraternal, na qual se ingressa para se dar e que procura meios de fazer o bem e exercitar a beneficência como um dos processos para se conseguir a perfectibilidade objetiva. Seria extraordinariamente esplêndido se a maioria dos gênios da ação e do pensamento pertencesse à maçonaria".

No Brasil, citamos como grandes maçons: José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo, D. Pedro I, Visconde de Mauá, Frei Caneca, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Benjamim Constant, Castro Alves, Casimiro de Abreu, José do Patrocínio, Manuel Luís Osório, Bento Gonçalves, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Washington Luís e muitos outros.

Em Montes Claros, citamos Jayme Rebello, José Esteves Rodrigues, Demosthenes Rockert, Geraldo Athayde, Mário da Costa Tourinho, Athos Braga, Antônio Lafetá Rebello, Arnaldo Athayde, Luiz de Paula Ferreira, Georgino Jorge de Souza e muitos outros que trabalharam e trabalham pela nossa cidade e região.

De nenhum importante acontecimento histórico do Brasil os maçons estiveram ausentes. É incontestável a participação da maçonaria como inteligência orientadora e operadora de movimentos que visaram à liberdade do nosso povo. Os maiores eventos da nossa história foram organizados pela maçonaria, dentro de suas lojas. Entre os grandes eventos idealizados e operacionalizados pela maçonaria brasileira podemos citar, para exemplificar, a Inconfidência Mineira, as Revoluções Pernambucanas, a Independência do Brasil, a Abolição das Escravaturas, a Proclamação da República e a Revolução Farroupilha. A libertação dos escravos no Brasil foi iniciativa de maçons, um empreendimento da maçonaria.

E a Loja Maçônica honra a maçonaria universal, pois, em toda a sua existência, trabalhou unicamente para servir a comunidade e seus ideais de liberdade, de fraternidade e igualdade, propagando o progresso com princípios éticos e honestos.

Sempre fomos um marco no desenvolvimento de nossa cidade e de nossa região. Somos respeitados pelo nosso trabalho, e seus membros são, em sua grande maioria, instrumentos de esperança no futuro de nossa comunidade.

Assim, a Loja Maçônica Deus e Liberdade faz-se presente em Montes Claros. Poderíamos enumerar diversos irmãos ainda vivos, que, anonimamente, trabalharam e trabalham pelo nosso desenvolvimento nessa loja instalada no Palácio Maçônico, situado na Av. Mestre Fininha, 610, tendo hoje instalações amplas e modernas, a qual tenho a honra de presidir.

Agradeço aqui a presença de representantes de potências maçônicas, destacando em especial o poderoso irmão Hedison Damasceno, soberano Grão-Mestre Adjunto do grande Estado de Minas Gerais; do nosso irmão Durleno Barbosa, representante do eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado de Minas Gerais; do nosso poderoso irmão Affonso Romildo Alves Brandão, sereníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Maçônica do Estado de Minas Gerais.

É uma dádiva de suma importância que marca a nossa administração o imenso respeito que temos pela Assembléia Legislativa. Foi uma grande honra receber esta homenagem em nome do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas e de todas as suas lojas maçônicas filiadas e, em especial, a Loja Maçônica Deus e Liberdade, neste templo do povo, onde nascem as leis que regem nossos destinos.

Com satisfação, comunicamos que, nesta Casa Legislativa, há Deputados que pertencem à Ordem Maçônica e a honra, porque são honrados.

Invoco a proteção do Grande Arquiteto do Universo para afirmar que levarei eternamente a lembrança de que, neste dia 3/8/2006, recebi, com meus irmãos, uma justa homenagem do povo mineiro, por intermédio da Assembléia Legislativa, que concedeu à Loja Maçônica Deus e Liberdade, que, ainda neste ano, completará 74 anos de vida e trabalho em prol de Montes Claros e da região Norte mineira. Que o Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, ampare e abençoe esses guardiões da ordem, da liberdade e da fraternidade e do amor no solo dos mineiros. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Coriolando Ribeiro Afonso

Boa-tarde a todos. Exmos. Srs. Deputado Estadual Laudelino Augusto, que, nesta solenidade, representa o Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Sebastião Rocha, representante da Loja Maçônica Deus e Liberdade; meu irmão Hedison Damasceno, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; meu irmão Affonso Romildo Alves Brandão, representante da Assembléia Legislativa do Grande Oriente de Minas Gerais; irmão Durleno Barbosa de Rezende, Grande-Secretário de Interior, Política e Relações Públicas do Grande Oriente de Minas Gerais; meu irmão Joaquim Dourado, Venerável da Loja Maçônica General Moreira Sampaio; Janir Adir Moreira, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, a quem rendemos e devolvemos esta homenagem, em nome do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas - para nós, é uma grande honra; fui pego de surpresa há poucos minutos, pois o Presidente do Conselho de Veneráveis, Carlos Alberto Falcão, por motivo de força maior, não pôde estar presente, e deram-me a incumbência e a responsabilidade, uma grande honra, de falar em nome das lojas maçônicas do Norte de Minas, por meio do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas; Deputada Ana Maria Resende, agradeço em nome de todas as lojas e em nome do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas -; Exmo. Sr. Jairo Ataíde, ex-Prefeito, ex-Deputado, grande líder da região Norte mineira; meus irmãos a quem cumprimento por meio dos irmãos grandes batalhadores pelo progresso de Montes Claros: irmão Noélio, irmão Renê; estendo o cumprimento a todos os irmãos. Aqui, apesar de poucas pessoas, a representatividade é muito grande, pois temos líderes representantes de todo o Norte de Minas, de várias lojas e, certamente, são centenas de pessoas que se fazem representar nesta solenidade por esses irmãos. Por isso, a Deputada Ana Maria engrandece ainda mais esta solenidade trazendo grandes líderes que representam tantas pessoas. Cumprimento de forma especial o coral, que nos abrilhantou com o Hino Nacional. Como entusiastas, como brasileiros e como cidadãos, deveríamos, todos dias ao levantar, cantar o Hino Nacional, pois falta em nós, Sr. Presidente, o espírito da cidadania, da brasilidade maior. A partir do momento que incutirmos em nossos corações o verdadeiro espírito do brasileiro, o verdadeiro espírito do cidadão, certamente haveremos de ter uma sociedade mais justa, menos desigual, em que todos teremos a nossa vez e a nossa voz.

Senhores e senhores, diante da fala dos oradores que nos antecederam, em especial do Venerável Sebastião Rocha, não nos resta nada mais para falar sobre a maçonaria, pois ele muito bem traduziu o seu significado. Resta-nos apenas agradecer esta homenagem, a todos os irmãos, à Deputada Ana Maria, à Mesa. Acreditamos que a sociedade só se tornará justa, só construirá a justiça, só construirá a igualdade, só se fará representar legitimamente com respeito a partir do momento em que todas as forças se unirem em busca de um resultado maior, a justiça. A ordem maçônica, com o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", busca isso a todo momento, enfim, busca construir o futuro, a igualdade, uma sociedade de que nos possamos orgulhar, construir e disseminar o progresso para que tenhamos menos desigualdades e possamos ver as pessoas alegres, felizes, merecedoras do título de brasileiro, de mineiro, de norte-mineiro.

Quando se fala em Norte de Minas, na maioria dos discursos ouvimos: o Norte de Minas é uma região miserável, uma região pobre. Permito-me, Sr. Deputado, mudar um pouco esse conceito e dizer que o Norte de Minas é uma região de grande potencial, de homens probos, de homens dignos; ao Norte de Minas basta que consigamos unir todos os esforços em busca da apropriação de sua potencialidade, transformando-a em progresso, em igualdade, em liberdade e em uma sociedade mais justa. É por isso que a maçonaria se faz presente aqui hoje, mostrando sua cara para dizer que estamos, com todas as lideranças, a cada dia, buscando essa sociedade com que sonhamos, essa sociedade que queremos.

Gostaria de dizer que esses homens de preto que aqui se encontram são homens de bem, homens que sempre ajudaram a construir o progresso com honestidade, lealdade, muito trabalho e, acima de tudo, com grande respeito por todos. É isso o que queremos e sonhamos. Sonhamos com o progresso do Brasil, de Minas Gerais e sobretudo do Norte de Minas, sonho que certamente se transformará em realidade a

partir do momento em que sensibilizarmos todos. E assim, caríssimo Presidente e caríssima Deputada Ana Maria Resende, que muito tem feito pela nossa região, viemos aqui pedir: unamos esforços, busquemos as potencialidades, busquemos uma melhor distribuição de renda e uma maior igualdade social, mas sem estar de pires na mão, olhando uns para os outros para dizer que vamos porque temos potencial, que vamos porque nossa potencialidade nos fará grandes, como já somos individualmente. Quem sabe com a união desses esforços possamos transformar toda uma região que dizem de miséria em uma região de progresso, de igualdade, em uma região da qual todos nós nos orgulhemos? Orgulho-me de ser norte-mineiro, certamente como todos esses homens que aqui estão e seus familiares.

Por isso encerro minhas palavras pedindo a Deus, o grande arquiteto do universo, que nos ilumine, que nos dê força, que nos dê sabedoria e o discernimento de saber que somente a união de esforços nos permitirá construir uma sociedade mais justa, com igualdade, liberdade e fraternidade. É isso o que a maçonaria sempre prega, é isso o que a ordem maçônica sempre fará. Em nome do Conselho de Veneráveis do Norte de Minas, em nome do nosso Presidente Carlos Alberto Falcão, fica aqui o nosso agradecimento ao Estado de Minas Gerais, porque esta Casa representa todos os cidadãos do Estado de Minas Gerais; então, esta é uma homenagem proposta pela Deputada, mas uma homenagem de todo o Estado de Minas Gerais a essa ordem, a essa instituição que sempre honrará e engrandecerá o Norte de Minas e toda Minas Gerais. Muito obrigado e que Deus nos proteja.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Laudelino Augusto, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Sebastião Rocha de uma placa alusiva a esta homenagem. Solicitamos a estes que se posicionem no local da cerimônia. A placa contém os seguintes dizeres: "Fundada em 18 de setembro de 1932, a Maçonaria Deus e Liberdade, além de difundir os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos de Montes Claros, em muito contribuiu para o desenvolvimento e engrandecimento do próprio Município, nas mais diversas áreas. A justa e merecida homenagem da Assembléia Legislativa do Estado a essa importante entidade pelos seus 74 anos, extensiva a todas as lojas maçônicas do Norte de Minas Gerais."

O Sr. Presidente - Convido a Deputada Ana Maria Resende, para, juntos, fazermos essa entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Assembléia Legislativa, que, sob a regência de Guilherme Bragança, apresentará as músicas "Hymne à la Nuit", de Rameau, e "Nona Sinfonia", de Beethoven.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Prezados Srs. Sebastião Rocha, representante da Loja Maçônica Deus e Liberdade; Coriolando Ribeiro Afonso, Presidente do Conselho Venerável do Norte de Minas, representando o Sr. Carlos Alberto de Campos Falcão; Hedison Damasceno, Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; Affonso Romildo Alves Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Grande Oriente de Minas Gerais; Durleno Barbosa de Rezende, Grande-Secretário de Interior, Política e Relações Públicas do Grande Oriente de Minas Gerais; Joaquim Dourado, Venerável da Loja Maçônica General Moreira Sampaio; Janir Adir Moreira, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Exma. Sra. Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhoras e senhores.

No momento presente da humanidade, mais uma vez submetida a desentendimentos e a beligerância, com suas funestas conseqüências, permanece atual e necessário o princípio maçom da fraternidade universal.

Esta lição de tolerância e sabedoria, associada à investigação da verdade, tem sido, há mais de sete décadas, ministrada pela Loja Deus e Liberdade, presença decisiva no desenvolvimento de Montes Claros e de todo o Norte de Minas. Graças ao seu surgimento, restaurando várias lojas regionais, atuam hoje em todo o Norte do Estado mais de 50 lojas maçônicas, no rastro pioneiro da oficina montes-clarense. Praticamente todas as áreas e segmentos sociais têm sido beneficiados pela ação de seus membros: da saúde à educação, do esporte à agropecuária e à indústria.

As famílias carentes, em especial, têm sido objeto de sua filantropia, seguindo o princípio de promoção da solidariedade e da justiça, meta essencial do maçom enquanto construtor de uma sociedade melhor. O Brasil e o mundo têm importantes capítulos de sua história política e cultural construídos por notáveis personagens que tiveram seu caráter lapidado no convívio maçônico.

É assim que nos lembramos de Simon Bolívar e de Abraham Lincoln, construtores do continente americano, de Shakespeare, Voltaire e Mozart, além de Charles Chaplin, criadores dos mais decisivos momentos da arte ocidental.

No Brasil, Caxias, José de Alencar, o Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Teófilo Ottoni, além de uma boa parte de nossos Presidentes da República, que trouxeram à vida do País os ideais presentes em sua busca de transformação do ser humano e da sociedade.

Maçons, em todas as partes do mundo, representando todas as classes sociais e todas as religiões, vêm erguendo uma humanidade mais igualitária e democrática, mesmo sofrendo assaltos da intolerância alheia. Inspirados nos antigos construtores de templos, querem constituir uma associação internacional de homens dedicados à paz, à harmonia e à afeição fraterna.

Pelo reconhecimento a todos esses anos de aperfeiçoamento de seus membros, dedicados às boas obras e ao bem-estar de toda a população norte-mineira, esta Casa homenageia a Loja Deus e Liberdade e suas importantes congêneres na região.

Que esta ação continue e se amplie, mostrando ao mundo a necessidade da liberdade e do mútuo respeito, demonstrando que não existe direito sem a correspondente prestação de deveres, nem privilégios sem retribuição ao planeta e a seus habitantes.

O equilíbrio, a moderação e o bom-senso historicamente demonstrados pela maçonaria haverão de iluminar o mundo e os homens, especialmente na época atual. A Presidência agradece a presença dos convidados.

ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.655/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 25ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial do Protocolo de Quioto, a realizar-se às 9 horas do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial dos Resíduos Sólidos a realizar-se às 10 horas do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 6/2003, do Deputado Djalma Diniz.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 934/2003, do Deputado Pinduca Ferreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.747/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 6.749/2006, do Deputado Weliton Prado; 6.750, 6.754, 6.755, 6.756 e 6.757/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.347/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.357/2006, da Deputada Elbe Brandão.

Requerimentos nºs 6.727/2006, da Comissão Especial dos Centros de Convenções, Feiras e Exposições; 6.748/2006, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.494/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.889/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 2.948/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.100/2006, do Governador do Estado; 3.192/2006, do Deputado Ivair Nogueira; 3.216/2006, da Deputada Lúcia Pacífico; 3.250/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 3.251/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 3.330/2006, do Deputado Leonardo Moreira; 3.341/2006, da Deputada Elbe Brandão; 3.348/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.355/2006, do Deputado Edson Rezende; 3.363/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.367/2006, do Deputado Arlen Santiago; 3.375/2006, do Governador do Estado; 3.383/2006, do Governador do Estado; 3.388/2006, do Deputado George Hilton; 3.390/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.398/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.402/2006, da Deputada Elbe Brandão; 3.406/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.412/2006, do Governador do Estado;

3.413/2006, do Governador do Estado; 3.414/2006, do Governador do Estado; 3.415/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 3.433/2006, do Governador do Estado; 3.434/2006, do Governador do Estado; 3.435/2006, do Governador do Estado; 3.436/2006, do Governador do Estado; 3.440/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.446/2006, do Governador do Estado; 3.447/2006, do Governador do Estado; 3.448/2006, do Governador do Estado; 3.449/2006, do Governador do Estado; 3.467/2006, do Governador do Estado; 3.468/2006, do Governador do Estado; 3.470/2006, do Governador do Estado; 3.471/2006, do Governador do Estado; 3.472/2006, do Governador do Estado; 3.474/2006, do Governador do Estado; 3.475/2006, do Governador do Estado; 3.486/2006, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.562/2004, do Deputado Roberto Carvalho; 2.976/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.047/2006, do Deputado Dilzon Melo; 3.148/2006, do Deputado Leonídio Bouças; 3.190/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.275/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.299/2006, do Deputado Agostinho Patrús; 3.344/2006, do Deputado George Hilton; 3.360/2006, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.373/2006, do Governador do Estado; 3.376/2006, da Deputada Elisa Costa; 3.385/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.386/2006, do Deputado Djalma Diniz; 3.387/2006, da Deputada Elisa Costa; 3.394/2006, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.395/2006, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.397/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.401/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; 3.403/2006, do Deputado George Hilton; 3.405/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.409/2006, do Deputado Padre João; 3.416/2006, do Deputado André Quintão; 3.420/2006, do Deputado Edson Rezende; 3.422/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.423/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.424/2006, do Deputado Padre João; 3.425/2006, do Deputado Padre João; 3.426/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.438/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.441/2006, do Deputado Rogério Correia; 3.442/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.443/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.451/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.452/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 3.453/2006, do Deputado Domingos Sávio; 3.456/2006, do Deputado Leonídio Bouças; 3.459/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.464/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.466/2006, do Deputado Roberto Carvalho; 3.469/2006, do Governador do Estado; 3.473/2006, do Governador do Estado; 3.478/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.480/2006, do Deputado Padre João; 3.481/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.483/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.484/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.485/2006, do Deputado Domingos Sávio; 3.487/2006, do Deputado Marlos Fernandes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 745/2003, do Deputado João Bittar; 2.327/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.842/2005, da Deputada Jô Moraes; 2.932, 3.276/2006, do Deputado Fábio Avelar; 2.993/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.043/2006, do Deputado André Quintão; 3.147/2006, do Deputado Gustavo Valadares; 3.238/2006, do Deputado Padre João; 3.272/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.273/2006, do Deputado João Leite; 3.274/2006, do Deputado Márcio Passos; 3.279/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.282, 3.311/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.289/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.295, 3.338/2006, do Deputado Biel Rocha; 3.297/2006, do Deputado João Bittar; 3.305/2006, do Deputado Domingos Sávio; 3.312/2006, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.325/2006, da Deputada Lúcia Pacífico; 3.345/2006, do Deputado George Hilton; 3.349/2006, do Deputado Sebastião Costa; 3.356/2006, da Deputada Elbe Brandão.

Requerimento nº 6.783/2006, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 8/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.685/2005, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 9/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.205/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.231/2006, da Deputada Lúcia Pacifico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.059/2006, do Deputado José Henrique; 3.331/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.336/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.369/2006, do Deputado Durval Ângelo; 3.379/2006, do Deputado Padre João.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e receber representantes da Sociedade Civil com a finalidade de entregar as propostas apresentadas pela comissão de representação do fórum técnico "Obesidade: Desafios e Perspectivas".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 9/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.737 a 6.746/2006, do Deputado Dimas Fabiano; e 6.787/2006, do Deputado Agostinho Patrús.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Gomes, Doutor Viana, Neider Moreira e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2006, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

57ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 1º/8/2006

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, inscrevi-me para falar sobre um assunto que tem sido noticiário no País e no mundo: o ocorrido no Oriente Médio. Trata-se de uma guerra injusta, em que o povo libanês vem sofrendo um ataque desleal, imposto não apenas por Israel, mas por intermédio de Israel, a mando do imperialismo norte-americano. Quem está por trás de toda essa guerra e de todo esse ataque é certamente o imperialismo norte-americano, mais uma vez. O mesmo imperialismo que massacrrou o Afeganistão, o mesmo imperialismo que atacou, sem dó, o Irã, e que hoje ataca o povo libanês. E também fará, se não dermos um basta, um ataque ao conjunto do povo árabe. Então, os palestinos vêm sofrendo, há décadas, esse ataque raivoso do imperialismo norte-americano, por meio do Estado de Israel, que acabou transformando-se em um Estado terrorista e servindo como elemento de fixação do imperialismo norte-americano no Oriente Médio.

Deputado Padre João, criaram à força um Estado que, ao invés de pregar a paz, prega a guerra. Assistimos ao massacre de 34 crianças libanesas no final de semana, o que entristeceu todas as pessoas do Planeta, que estarecidas viram os ataques gratuitos do povo de Israel contra os libaneses e palestinos. São muitos árabes - mulheres, crianças, idosos, civis - que estão sendo atacados, mortos, assassinados em nome do imperialismo americano, que deseja o petróleo do Oriente Médio e pretende ter uma base fixa por intermédio de Israel na região.

Não é de hoje que o imperialismo norte-americano age dessa forma. Deputada Jô Moraes, na América Latina, com os governos Lula, Kirchner, Morales, Hugo Chávez, Uruguai e também com o Chile, a América Latina passou a dar um basta. Recentemente, quase com a participação do México.

Caso os neoliberais tivessem ganho as eleições na América Latina, teríamos, em janeiro de 2006, assinado o Tratado da Alca. Isso seria o domínio imperialista chegando de forma absoluta na América Latina, fazendo com que nossos países virassem um quintal dos Estados Unidos. As vitórias dos Presidentes Lula, Hugo Chávez, Kirchner e da centro-esquerda no Uruguai, no Chile e na Bolívia, impediram que o predomínio norte-americano chegasse às raias do absurdo. Hoje vivemos ares de liberdade e maior independência diante do projeto neoliberal. A América Latina respira mais aliviada, porque o imperialismo norte-americano já não domina como antes, o FMI já não domina como antes. Aliás, não devemos absolutamente nada ao Fundo. A América Latina, como um todo, ganha ares de liberdade e de grito de independência diante do imperialismo norte-americano, que age com a força do dinheiro e do mercado, dos banqueiros internacionais, e que mandava no governo passado.

O Presidente FHC era um fantoche do FMI no Brasil. O consenso de Washington era a palavra de ordem dos neoliberais no Brasil e na América Latina. Esse mesmo imperialismo norte-americano, à força de armas, sucumbe o Oriente Médio com a pecha da guerra, ao invés da paz. Infelizmente estamos vivenciando isso. Assim age o Estado de Israel, a mando do governo norte-americano, contra o povo árabe, os palestinos, os libaneses e os sírios.

Venho, assim, trazer minha solidariedade pessoal, de toda a Bancada do PT e, ousou dizer, de toda a Assembléia Legislativa, à paz e contra os ataques que crianças inocentes têm sofrido no Oriente Médio por parte do governo de Israel, a mando dos Estados Unidos, do imperialismo norte-americano. Não é de hoje que Bush e seus correligionários têm feito esse ataque constante. Solidarizo-me com o povo árabe, que, no Brasil, convive pacificamente com os israelenses, até porque o Brasil é um país de paz, um país de todos, onde cultuamos a solidariedade e a paz, ao invés da inveja e do preconceito. Este é o nosso Brasil, país de que tanto nos orgulhamos, pela paz e pela convivência que temos com os povos de todo o mundo - negros, árabes, israelenses, índios. Este país de todos é o Brasil que queremos e que estamos construindo. Por isso, não podemos permitir que predomine no mundo a visão da guerra imperialista, a visão do imperialismo norte-americano. De todo o coração, quero solidarizar-me com o povo árabe, que sofre ataques constantes do imperialismo que já tentou sufocar Cuba e toda a América Latina. É assim que agem os imperialistas. Nós agimos pela paz, e acho que esta é a nossa palavra de ordem, Deputado Rêmoló Aloise. Paz no Oriente Médio! Essa é uma exigência mundial - da Igreja Católica, dos cristãos, dos muçulmanos, de todos os cidadãos que não querem que preveleça essa guerra inútil a que assistimos no Oriente Médio, imposta, repito, pelos Estados Unidos. Creio que nem o povo de Israel gostaria que isso estivesse acontecendo. Mas Bush e seu império acham que podem mandar e desmandar onde e quando quiserem. É por isso que estão sendo derrotados na América Latina, país a país, com Lula, Kirchner, Hugo Chávez, Morales, Fidel Castro e Che Guevara, que, embora nos tenha deixado há tanto tempo, colocou a marca da luta antiimperialista no coração e nas mentes dos nossos jovens - aliás, se nossa juventude o ama tanto é exatamente por ter apregoado a paz e a luta antiimperialista.

O que está acontecendo no Oriente Médio é um verdadeiro absurdo, e o povo israelense deve-se envergonhar por estar servindo aos Estados Unidos e aos interesses de Bush.

O Deputado Roberto Carvalho* - Obrigado, Deputado Rogério Correia, nosso amigo e companheiro. Gostaria de me solidarizar com V. Exa. e fazer de suas palavras as palavras de todos nós - não só das Bancadas do PT e do PCdoB, mas de toda a Casa. Estamos assistindo a uma continuação, pois não é a primeira vez em que isso acontece. Já vimos a invasão do Iraque, feita diretamente pelos Estados Unidos; suas intervenções, ora em um, ora em outro país; e agora essa carnificina, nesse episódio lamentável a que assistimos no Líbano. Isso é inaceitável. Os cidadãos e as cidadãs de bem de todo o mundo devem levantar a sua voz em solidariedade ao povo libanês e a todos os que têm sofrido o massacre impiedoso do Sr. Bush, essa figura triste da história da humanidade.

O Deputado está de parabéns. Mas acho que, além de explicitar a nossa solidariedade, pelas palavras, temos de fazer tudo o que pudermos. O mundo tem de se indignar e partir para a ação. Já não cabem, no século XXI, intervenções absurdas e nefastas como essa. Não só o Líbano está sangrando; todo o mundo sangra com mais essa injustiça perpetrada a mando do Sr. Bush - Israel, servindo ao Sr. Bush, protagoniza esse lamentável episódio na história da humanidade.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Roberto Carvalho. Fica aqui nossa completa solidariedade ao povo árabe e às crianças inocentes que tombaram no Líbano, com as bombas do Sr. Bush e do imperialismo norte-americano. Nossa completa solidariedade ao querido

povo árabe. Que Israel também se levante contra o que Bush ordena que se faça, por meio de um Estado que queremos respeitar, mas que, infelizmente, tem servido de porta-voz ao imperialismo norte-americano, que tanto mal tem feito ao Oriente Médio, à América Latina e ao mundo todo. Solidariedade ao povo árabe pela sua luta, pela sua persistência e pelos seus direitos. É isso o que gostaria de dizer.

Aproveito a oportunidade, Deputado Rêmolô Aloise, Presidente desta reunião, para comunicar que tanto eu quanto V. Exa. conseguimos - darei uma notícia boa - uma conquista importante para nosso querido povo de Alfenas. A TV Assembléia já está recebendo o sinal nessa cidade. E receberá também em Ouro Preto, Deputados Durval Ângelo e Padre João, que têm grande atuação lá. A pedido deste Deputado e de V. Exas., Ouro Preto também será beneficiada. Também levamos a TV Assembléia para Mariana, Deputado Padre João. Agora, o sinal chegou a Alfenas. Estarei lá esta semana, Sr. Presidente, onde o Prefeito assinará o ato de funcionamento da nossa TV Assembléia. Foi um pedido nosso, a que o Deputado Mauri Torres, como Presidente, atendeu prontamente.

O Deputado Sargento Rodrigues e eu estivemos lá na época da Comissão de Segurança Pública e desvendamos o mistério da doação esquisita de dinheiro para o Prefeito e para sete Vereadores, todos cassados por corrupção eleitoral. Agora, foram punidos pela Justiça. Nenhum deles foi reeleito na ocasião. Foi uma denúncia que eu e o Deputado Sargento Rodrigues trouxemos da cidade de Alfenas, que, agora, recebe o sinal da TV Assembléia - mais uma conquista do seu brilhante povo. Quero mandar um abraço ao Prefeito Pompílio, assim como ao Secretário Luizinho, que disputa uma vaga na Assembléia Legislativa e foi um dos que nos solicitaram, por diversas vezes, que agraciássemos Alfenas com o sinal da TV Assembléia. E espero que a partir da semana que vem, Deputados Padre João e Durval Ângelo, possamos estar em Ouro Preto com a TV Assembléia, para que possam fazer o acompanhamento da política do dia-a-dia de todos os Deputados da Assembléia.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar o nobre companheiro Deputado Rogério Correia, especialmente no que diz respeito a Alfenas. Tivemos uma feliz iniciativa à época em que presidia a Comissão de Segurança Pública, em 2003, e V. Exa. era integrante dessa Comissão. Ao iniciar uma audiência pública para tratar de denúncias dos produtores de café daquela região, demos início ao processo da CPI do Café. Naquela mesma audiência pública, recebemos denúncias de que o Prefeito José Wutemberg Manso era tão manso que distribuía pacotes de dinheiro para que os sete Vereadores pudessem ser seus aliados, votando projetos e tudo o que fosse do seu interesse. Naquela época, fizemos a denúncia. Passei por Alfenas esses dias e recebi a notícia de que o ex-Prefeito e os sete Vereadores foram condenados pela Justiça, em 1ª Instância, e, na quinta-feira passada, pelo Tribunal de Justiça, incluindo também a secretária do Prefeito, Vanderlara Manso, que, em 1ª Instância, não havia sido condenada. Portanto, as denúncias que apresentamos à Comissão de Segurança Pública desta Casa tiveram não apenas o acolhimento da Câmara Municipal de Alfenas, que os cassou, mas também da Justiça, que cassou seus direitos políticos. Se não me engano, por oito anos, não poderão se eleger. Por isso, queria enfatizar o fato e cumprimentar a população de Alfenas, que ficou livre daqueles que dilapidavam o erário em benefício próprio. Esperamos que assim ocorra em relação aos graves escândalos deste país. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Sargento Rodrigues. Agradeço ao Presidente a benevolência, por ter ultrapassado o tempo. Tratou-se de mais um trabalho da Comissão de Segurança Pública. Deputado Sargento Rodrigues, isso me levou a obter o Título de Cidadão Honorário de Alfenas, que recebi das mãos do Vereador Eliacin, o único reeleito daquela cidade. Aliás, fico muito grato a esta Casa por ter levado o sinal da TV Assembléia até lá, atendendo a uma solicitação minha. Mando um abraço especial a todos os nossos companheiros e às nossas companheiras daquela belíssima cidade ao lado de Furnas, que o Deputado Rêmolô Aloise tão bem conhece. Mando também mais uma boa notícia a Alfenas: atendendo a meu pedido, o Deputado Virgílio Guimarães conseguiu uma verba, que não tem nada a ver com os "sanguessugas", de R\$600.000,00 para a reforma do mercado. Nesta semana, estaremos lá, com o Prefeito, para assinar a ordem de serviço da reconstrução do mercado. É com muito prazer que anuncio mais essa boa notícia aos cidadãos de Alfenas, como cidadão honorário de lá. Obrigado, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público que nos assiste, queria abordar um tema que os telespectadores devem estar acompanhando com muita ansiedade: o conflito no Oriente Médio. Há muitos anos, aquela região tem sido foco de conflitos; ora Israel e Palestina e, agora, Israel e Líbano.

Nas últimas semanas, o Líbano vem sofrendo um processo de destruição progressiva do seu povo, uma ação agressiva, destruidora. Esse processo não ocorre apenas em relação ao povo libanês, mas, especialmente, à perspectiva de paz naquela região. Entendemos que o grupo Hezbollah, que se assenta em território libanês, pode ter outra conduta, no sentido da eliminação dos grupos radicais, fundamentalistas, que ameaçam a paz não apenas no Oriente Médio, mas em todo o mundo.

Percebemos que toda ação radical produz outra, de igual tamanho e em contrária direção, comprometendo o primeiro ator e autor do ato, resvalando e respingando em outros povos. O conflito que se inicia entre Israel e o Líbano pode deteriorar-se e vem se deteriorando a tal ponto, que outras nações daquela região possivelmente entrarão no conflito.

Ali pode estar o estopim de um conflito inicialmente regional, que depois se torna continental, tomando a Europa, mas que pode tornar-se um conflito mundial.

Vamos lembrar a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Como começaram? Onde se iniciou o conflito? Qual foi o estopim? Assim, veremos quais dimensões tomaram a Primeira e, especialmente, a Segunda Guerra Mundial, quais foram os danos provocados aos direitos humanos, às famílias, aos patrimônios históricos e culturais, e a violência a que foram submetidos os povos da França, da Itália, de Portugal, da Espanha e de tantos outros.

Portanto nós, que temos buscado, na solução dos conflitos, o diálogo, o consenso, o debate e, às vezes, até o confronto de idéias, posições, que temos uma história, especialmente aqui, em Minas Gerais, de busca da liberdade, na direção e no formato do debate de idéias, do consenso e da busca de solução pacífica, queremos nos manifestar contrários a esta forma como vem sendo buscada a solução do conflito entre Israel e o Líbano. Afinal, são centenas de mortes, que se tornarão milhares, de libaneses, jovens, crianças e idosos inocentes.

Portanto é necessário que nós aqui, em Minas Gerais e no Brasil, tomemos uma posição diante desses fatos. Não é possível que, no terceiro milênio, não possamos resolver esses conflitos por meio do diálogo e do entendimento.

Pareceu-nos que os homens e as mulheres tinham aprendido com a guerra, com a violência e com as histórias passadas. Tivemos a impressão de que os homens avançaram nessa questão dos direitos humanos e da solução pacífica. Mas, quando vemos conflitos dessa magnitude, desse nível de violência, passamos a questionar se o que pensamos e observamos é verdade ou não.

A preocupação que se coloca para nós, apesar de distantes do conflito, é que há homens e mulheres inocentes morrendo, em razão de um conflito que precisa ser resolvido numa outra logística da inteligência.

Se há grupos radicais, com os meios existentes da tecnologia, é possível combatê-los "in loco" e identificá-los melhor. Quem são? Hoje a tecnologia está aí para fazer isso. As polícias têm condição de fazê-lo, investigando quem é quem. No entanto, em vez de realizar isso,

radicalmente, na busca da inteligência humana para combater "in loco" o Hezbollah, descobrir onde está e fazer o combate dessa forma, sem ferir outros, opta-se por uma guerra em que bombas são lançadas, destruindo cidades inteiras, matando crianças, jovens e adolescentes inocentes.

Parece que essa guerra volta na mesma lógica e condição que as outras, não respeitando as pessoas que não têm nada a ver com um movimento radical como o Hezbollah.

Temos essa preocupação, pois entendemos ser possível encontrar o caminho da paz. Por isso venho aqui hoje manifestar minha inconformidade diante de tal processo. O mundo precisa mobilizar-se, sim, para evitar um conflito maior, que se inicia dessa maneira, ou seja, incendiando-se um pavio aqui e outro acolá. Não temos noção do que poderá advir, especialmente se considerarmos o fundamentalismo e depois de lançada a primeira pedra do domínio. Quais serão os desdobramentos do conflito instalado no Oriente Médio?

Convidamos todos a participar de uma reunião especial que será realizada amanhã. Em sua primeira parte, trataremos desse tema fundamental, apesar de haver outros projetos. Agiremos assim porque entendemos que o projeto de humanidade não se assenta nem se limita a um Estado nem a um segmento deste. Falamos de homens e mulheres, enfim, de irmãos que estão morrendo em uma situação drástica. Ademais, vale lembrar que futuramente essa situação poderá respingar em nós. Estamos falando da necessidade de nos posicionarmos diante de um grave conflito.

Faço referência ainda ao governo brasileiro, que tomou uma atitude importante. Foi buscar, facilitou a saída dos brasileiros de uma região de conflito. Estes, aliás, estavam em uma situação extremamente difícil. O Presidente Lula, em seu governo, tomou uma das atitudes mais importantes registradas nos últimos anos, qual seja a de resgatar os compatriotas.

Quem ouviu o depoimento das pessoas que chegaram de lá, sentiu a necessidade de se manter a paz nesse país; observou que é preciso buscar, pelo consenso e pelo diálogo, as saídas democráticas, a liberdade. As pessoas mostraram-se sensíveis e transparentes ao dizerem: "Quero viver no Brasil. Aqui é a melhor terra. Na guerra não há perspectiva de se ter uma vida melhor". Ou seja, só há a perspectiva da morte, do sacrifício em vão, já que, por meio da guerra, não se resolverão os problemas das pessoas. Ao contrário, a guerra só traz a possibilidade de morte.

Amanhã, pretendo estar aqui, conclamando os Deputados e as Deputadas, libaneses e judeus, enfim, todas as pessoas interessadas em se mobilizarem em prol da paz no Líbano. Convidamos todos a estar aqui conosco, a fim de iniciarmos um grande movimento em favor desse povo, que está morrendo. Não aceitamos isso. O mundo precisa dar um basta a essa situação, anunciando: "Vamos percorrer outro caminho".

Temos de aproveitar o momento para, juntos, escolhermos outro caminho e buscarmos a paz. A partir desse encontro, poderemos elaborar uma proposta, um encaminhamento ao povo libanês, bem como ao governo de Israel, tendo em vista a consecução da paz. É preciso esmerar-se para a paz, e não para a violência. Como se costuma dizer, "violência gera violência". Portanto o nosso caminho não se deve pautar pela violência.

Como já ressaltai, amanhã teremos a oportunidade de ouvir aqui pessoas que chegaram do Líbano, que assistiram a cenas de violência; todavia, é fundamental que esta Casa esteja cheia de parlamentares, a fim de, juntos, elaborarmos um documento, uma manifestação pela paz no Líbano. Este testemunho, por sua vez, deverá ser encaminhado também ao governo de Israel. Aguardamos todos amanhã para termos essa conversa, talvez a mais importante do momento. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, neste início de trabalho no mês de agosto, venho abordar algumas questões que considero relevantes para o fortalecimento das políticas públicas sociais em Minas Gerais. Apresento-as agora porque algumas decisões serão tomadas nos próximos dias. É nossa obrigação na Assembléia Legislativa, como deve ser nos parlamentos de outros Estados e nos planos municipal e federal, continuarmos, independentemente do período eleitoral, atentos às questões que dizem respeito à vida das pessoas, até porque estamos no exercício de nosso mandato, com responsabilidade de ação continuada.

Nesse sentido - e aproveitando a presença dos Deputados da base do governo - registro, mais uma vez, que nesta Assembléia, por unanimidade dos parlamentares de todos os partidos, no último dia de votação de julho, quando apreciamos a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovamos algumas emendas muito importantes para a área social.

O projeto da LDO, que está prestes a ser apreciado e sancionado pelo Governador, com certeza, se tiver as emendas sancionadas, poderá abrir espaços e portas para a ampliação do chamado orçamento social para 2007.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, destaco três emendas, de minha autoria, aprovadas na LDO, as quais considero importantes. Solicito ao Governador Aécio Neves que sancione essas emendas. A primeira emenda garante o chamado co-financiamento, ou seja, a participação do Estado de Minas Gerais no financiamento da política pública de assistência social no Estado. Isso garantirá o custeio, ou seja, as atividades permanentes de funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, ou casas da família.

O Cras congrega, nos Municípios, o atendimento social às famílias, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência. Em Minas Gerais, mais de 1 milhão de famílias está no programa Bolsa-Família.

O Centro de Referência desenvolve trabalhos de geração de renda e qualificação profissional. O governo federal tem como meta a implantação de um centro por Município. É uma meta ousada, que também depende da participação financeira de Estados e Municípios.

No caso de Minas Gerais, essa emenda possibilitará, além dos recursos de investimento para a aquisição de equipamentos de informática e móveis - o custeio -, a contratação de pessoal para o funcionamento desses centros, que poderão ser mantidos para o ano de 2007.

Essa é uma reivindicação de todos os gestores da assistência social em Minas Gerais, dos Secretários Municipais dos Municípios mineiros, dos Prefeitos, do Conselho de Gestores da Assistência Social - Cogemas - e do Conselho Estadual de Assistência Social. Estamos aqui para solicitar ao Governador que sancione essa emenda, bem como uma outra que possibilita a realização de concurso público na área da assistência social em Minas Gerais.

Há muitos anos, Minas Gerais não realiza um concurso público na área da assistência. Atualmente há as regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - Sedese -, com o esforço militante e reconhecido dos seus servidores por todo o Estado, mas insuficiente para as demandas apresentadas. No Estado, ainda há 200 Municípios não habilitados ao Sistema Único de Assistência Social - Suas. Com essa

emenda, queremos possibilitar que o Estado proceda à realização de concurso público, para que novos profissionais que trabalham a política de assistência possam fortalecer os Municípios no atendimento social.

Gostaria de dizer que foi aprovada uma outra emenda de minha autoria, a qual tem grande impacto nos Municípios. Solicitamos também ao Governador atenção especial a essa emenda, que garante aos Municípios a possibilidade de receber do Estado veículos e equipamentos de informática, para que reforcem o trabalho dos conselhos tutelares em Minas Gerais. Hoje praticamente 780 Municípios mineiros já contam com conselhos tutelares. Principalmente em Municípios com uma área rural maior, localização mais diferenciada e maior número de Distritos, esses Conselhos Tutelares não têm como realizar o trabalho de acompanhamento sociofamiliar, porque muitas vezes falta veículo e transporte adequado nas situações de urgência e emergência. Além disso, não há um nível de informatização que permita o acompanhamento das políticas públicas sociais relacionadas com cada família que tenha uma criança com o direito violado ou sob risco. Precisamos implantar o SIP, que é um sistema informatizado dos conselhos tutelares. Para isso, é necessário que esses conselhos tenham não somente os equipamentos de informática e pessoal capacitado, mas também veículos destinados a eles. Nesse sentido, essa emenda foi apresentada e aprovada por todos os partidos desta Casa.

Não há como o Estado garantir tudo para todos de uma só vez. Sabemos que, de acordo com as necessidades e prioridades sociais, podemos pôr gradualmente no Orçamento do Estado de 2007 recursos específicos para a aquisição. Vou mais além. Assim como a Assembléia aprovou uma legislação de renúncia e de eliminação da cobrança do ICMS para a aquisição de tratores, máquinas, retroscavadeiras e equipamentos necessários à manutenção e à infra-estrutura viária para os Municípios - projeto que contou com o nosso apoio -, o mesmo poderia ser feito na aquisição de veículos para os conselhos tutelares. Como Líder do Bloco PT-PCdoB, defendi o Projeto Fundomaq, aperfeiçoando-o com emendas e ampliando prazos, para que os Municípios pudessem ressarcir o governo dos custos na aquisição desses equipamentos. Essas três emendas são muito importantes.

Aproveito para fazer mais uma solicitação ao Governador. Estivemos presentes numa solenidade do Palácio em que várias medidas foram tomadas para implantação da política de assistência social em Minas, de acordo com as prioridades estabelecidas pela política nacional.

Expediu-se um decreto para que os recursos pudessem ser transferidos de fundo para fundo: do Fundo Estadual de Assistência Social para os fundos municipais de assistência. Isso desburocratiza o sistema e pode agilizar a prestação de serviços nessa área. No entanto esse decreto expedido pelo Estado de Minas Gerais ainda exige que os Municípios apresentem Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia. Muitos Municípios, por irresponsabilidade de gestões anteriores, não possuem essas CNDs. Essa exigência já foi eliminada no plano nacional. Hoje, o Município pode receber o recurso federal, desde que tenha o atendimento realizado na área de assistência social. Se esses incisos do decreto não forem retirados, muitos Municípios, principalmente os mais pobres, os que precisam de ajuda, não terão acesso aos recursos de assistência social. Como disse, o governo federal, por intermédio do Ministro Patrus Ananias, já aboliu essa exigência, para os fins de assistência social e para os fins do SUS.

Assim, entendemos que pobre não pode ser penalizado pelas improbidades cometidas por governos anteriores nos Municípios. Não é justo que o mais necessitado da municipalidade deixe de receber recurso de assistência porque um Prefeito deixou de pagar o INSS.

Solicitamos, portanto, a revogação dos incisos II, III e V do art. 2º do Decreto nº 44.326, publicado em 21/6/2006. Trata-se de uma medida muito simples.

Apresentamos uma emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 87/2006, que trata da divisão e organização judiciárias, instituindo a vara criminal especializada em crimes contra a criança e o adolescente. Essa é uma reivindicação antiga do movimento dessa área e já está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Infelizmente, são milhares de agressões e crimes cometidos quotidianamente contra crianças e adolescentes, envolvendo violência doméstica, abuso e explorações sexuais. Só em Belo Horizonte tramitam 1.280 processos contra agentes que cometeram esses tipos de crime, que são inadmissíveis. Muitas vezes, quem os comete convive ao lado da criança, no mesmo Município, no mesmo bairro, gerando medo e insegurança. Além disso, as pessoas deixam de proceder às denúncias porque sabem que quem é denunciado pode não ser punido e atentar contra quem fez a denúncia. Assim, é urgente a implantação dessa vara criminal especializada em Belo Horizonte - o ideal seria a implantação de forma regionalizada. Estamos começando com uma vara criminal para atender a Grande BH. Há um projeto de lei complementar na Assembléia Legislativa discutindo essa questão e, portanto, espero contar com o apoio de todos os senhores e das senhoras Deputadas.

Fica aqui um apelo ao Governador, para que sancione essas emendas de recursos para a assistência social, de aquisição de carros e computadores para os conselhos tutelares, de realização de concurso público para essa área em Minas Gerais, de revogação dos incisos do Decreto nº 44.326, que facilita e agiliza a transferência de recursos para os Municípios, eliminando a exigência de apresentação das CNDs e pedindo o amadurecimento desta Casa para o acolhimento da emenda que cria uma vara criminal especializada contra crimes cometidos contra a criança e o adolescente.

Para concluir, Sr. Presidente, deixo um abraço muito forte e parabenizo os organizadores do Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale -, realizado em Araçuaí, tão bem administrada pelo Prefeito José Antônio e já teve a nossa Prefeita Kaká por duas gestões. Esse é um festival que expressa a força, a garra, a criatividade e a qualidade da cultura do Vale do Jequitinhonha em suas várias manifestações, como o artesanato, a música, o teatro e todas as expressões que emergem daquele povo. Esse festival foi sediado por Araçuaí, por vários dias, no qual estive presente a convite da Fecaje. Mais uma vez, dou testemunho das potencialidades desse vale tão rico em expressões culturais, mas que precisa de mais políticas sociais que promovam o desenvolvimento sustentável com distribuição.

Foi muito bom, Deputada Jô Moraes, pois tive também a oportunidade de fazer reuniões com vários Prefeitos para discutirmos o projeto que cria a subsidiária da Copasa. Lá o temor é generalizado, pois há muitas dúvidas sobre o projeto, e isso reforçou nossa posição. É preciso o envolvimento de todas as autoridades políticas do Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha para discutirmos qual seria o modelo mais adequado para a prestação de serviços de água e esgoto naquelas regiões, que tanto necessitam do tratamento de esgoto e do abastecimento de água para as pessoas e também para as suas criações.

Parabéns aos organizadores do Festivale, que, mais uma vez, foi um grande sucesso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente; Sra. Deputada Jô Moraes, prezada amiga; Srs. Deputados, e também os que nos acompanham nesta Casa e pela TV Assembléia, inicialmente, registro, com satisfação, que tivemos a alegria de aprovar a LDO e, entre as diversas emendas, a exemplo da citada pelo Deputado André Quintão, algumas pelas quais sentimos uma alegria especial e pelas quais tivemos empenho em trabalhar. Deputado André Quintão, na reunião, no final das atividades do semestre passado, ao lado da Deputada Elisa e dos Deputados Dilzon Melo e Luiz Humberto Carneiro, tivemos um cuidado, no último momento, sobre a inclusão desta ou daquela emenda, quando havia algumas dúvidas do ponto de vista regimental. Tivemos a atenção de fazer um empenho pessoal, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, até para a mudança do relatório final, e foi justamente naquele momento que tivemos a felicidade de ver incluída a emenda que alcança os conselhos tutelares e também a que se refere à Uemg. Essa é uma batalha que compartilhamos nesta Casa com V. Exa. e com Deputados da Situação ou da Oposição - termos que, às vezes, não são muito apropriados. Acredito que, mais do que nunca, temos de

entender que, indiferentemente das correntes políticas e partidárias, existem causas que devem, acima de tudo, unir-nos. Sem dúvida, o trabalho para que possamos dar atenção adequada às nossas crianças é algo absolutamente consensual, mas não deve ser consensual somente no discurso, é preciso que haja uma atitude concreta. Fico feliz de ter, como Deputado, a oportunidade de defender essa causa em que o Estado, como toda estrutura de direito - a União, o Estado e o Município -, tem de trabalhar para dar atenção adequada às nossas crianças, especialmente aquelas que se encontram em situação de risco.

Há algum tempo - mais de uma década -, em 1994, como Vereador em Divinópolis, tive a alegria de aprimorar e aprovar a lei que criava o Conselho Tutelar no Município de Divinópolis, logo depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, como Prefeito, tivemos a oportunidade de estruturar o Conselho da Criança e do Adolescente, que não tinha uma sala, um local adequado, um veículo, um telefone celular, uma estrutura de plantão. Tudo isso foi implantado quando éramos Prefeito. Não basta nomear um conselho, é preciso que ele tenha uma estrutura para trabalhar, tenha condições adequadas para fazer a ligação entre a família e a criança que está em uma situação de risco. Quase sempre a família, e não só a criança, está desestruturada. É preciso dar atenção àquela criança que está exposta à violência, à exploração sexual, ao trabalho infantil, afastada da escola; e a melhor maneira de fazer isso é dar condições para que a família se reestruture. É preciso, portanto, que o conselho esteja devidamente equipado para buscar o apoio nos diversos órgãos sociais. Trabalhamos para que essa emenda à LDO fosse aprovada, e agora, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, quando teremos a oportunidade de analisar o Orçamento para o ano que vem, vamos batalhar pelos recursos para os conselhos tutelares de Minas Gerais, a fim de construirmos parcerias entre o governo do Estado e as Prefeituras e possamos dar condições ao conselho de assistir essas crianças. Continuo entendendo que o melhor que se tem a fazer é prevenir. Como prevenir? Com educação. Não há dúvidas de que o grande investimento é a educação. O grande investimento para se transformar um povo, para se melhorar a qualidade de vida das pessoas, é a educação. Neste primeiro mandato de Deputado Estadual, já me sinto feliz, porque, desde o primeiro dia nesta Casa, lutei pela saúde e pela educação. Acredito que as Secretarias que mais visitei foram a de Educação e a de Saúde. Praticamente toda semana, ou no mínimo a cada 15 dias, procurava estar com a Secretária Vanessa, com o Secretário Adjunto Alencar, com o Gilberto, com o Prof. João Filocre, com a equipe da Secretaria de Educação e, acima de tudo, na base, nas escolas estaduais. Visitei, com certeza, mais de 400 escolas estaduais e posso dar um testemunho: nunca se investiu tanto na recuperação da estrutura da nossa rede física. Estivemos ali acompanhando, brigando, buscando os recursos para nossa região, como os outros Deputados naturalmente o fazem para a região que representam. Se não tivéssemos um Governador sensível, responsável, que organizasse o Estado de Minas Gerais, como o é o Governador Aécio Neves, iríamos estar simplesmente falando ao vento, não teríamos retorno da nossa reivindicação. Mas tivemos. Sei disso, porque fui Prefeito e venho acompanhando. Há quase oito anos, pelo menos nos últimos mandatos, vivemos sem praticamente nenhum investimento na recuperação, na ampliação, na reforma de escolas estaduais ou na cobertura de quadras. Ao longo destes três anos e meio, Deputada Jô Moraes, só na região da 12ª Superintendência Regional de Ensino, com sede em Divinópolis, foram aproximadamente R\$10.000.000,00 em reformas, ampliações e coberturas de quadras. Pessoalmente estive reivindicando junto às professoras, às Diretoras, à própria Superintendente, e assim as coisas foram acontecendo. Escolas que estavam há décadas sem nenhum investimento, como a São Tomás de Aquino, recentemente receberam recursos para serem totalmente reformadas. Quando era Prefeito, ajudei a fazer a reforma da Escola São Tomás de Aquino, que estava literalmente em situação de calamidade. A Escola Martinho Ciprião, Polivalente, a Escola Antônio da Costa Pereira e outras, até em outras cidades.

Em Oliveira, conseguimos que praticamente todas as escolas estaduais fossem reformadas. Fez-se um trabalho firme, unindo-se o esforço da Diretora e do professor, que, muitas vezes, fizeram sacrifícios imensos para montar uma planilha. Ainda existem uma burocracia muito grande e as dificuldades de recursos humanos, e, com essas planilhas elaboradas, temos que cumprir nosso papel.

Alguém pode perguntar o que o Deputado tem a ver com isso e alegar que, uma vez feita a planilha, o dinheiro deveria chegar, mas sabemos que não é assim que funciona. O mandato parlamentar tem, no mínimo, três vertentes, três pilares: legislar, discutir as leis e aprimorar nossa legislação; fiscalizar e verificar se o dinheiro público está sendo gasto adequadamente; e representar a população, ser um elo de ligação, trazendo sua reivindicação ao Executivo e voltando com uma resposta, de preferência, positiva, efetiva, um real atendimento.

Tivemos a alegria de ver isso acontecer: escolas em Itaúna, Carmo do Cajuru, Divinópolis e Bom Despacho - a Escola Miguel Gontijo. Algumas escolas foram praticamente refeitas, com um trabalho sério.

Para melhorar a educação, esse é apenas um dos passos. Tivemos um papel importante, ao elaborarem e aprovarmos o plano de carreira dos professores, que começa a ser implementado: os títulos começam a ser incorporados à carreira do professor, que, até então, recebia como se tivesse formação de nível médio, apesar de a maioria deles já ter o diploma de curso superior. Atualmente, eles podem incluir esse diploma, o que melhora bastante sua remuneração. Isso é fruto do trabalho desta Casa e do Governador Aécio Neves.

Esse é um começo. Temos um desafio e estaremos atentos ao Orçamento do Estado, para darmos condições ao nosso Governador e ao próximo governo, seja qual for, pois educação deve ser responsabilidade permanente. O Orçamento deve priorizá-la, para que o Estado tenha condições de pagar melhor nossos servidores públicos e oferecer a todos uma educação adequada.

Sem dúvida, ao lado dela está a saúde. Muitos têm a idéia de que, no recesso parlamentar, os Deputados estão de férias. Acredito que, como eu, todos estavam cuidando de suas campanhas e fazendo um trabalho junto a suas bases. Mas, na semana passada, eu aqui estava, na Secretaria de Saúde, com o Secretário Marcelo, trazendo uma outra reivindicação que alcança todo o Centro-Oeste mineiro, ou melhor, todo o Estado de Minas Gerais: a necessidade de melhorarmos ainda mais o atendimento ao paciente que sofre com o câncer. Essa é uma luta a ser travada pela sociedade.

Tive a felicidade, como Vereador, de começar essa luta na Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste Mineiro - Acom. Depois, como Prefeito, pude ser parceiro para que o Hospital do Câncer pudesse ser construído. Entretanto sempre digo que, não fosse o povo do Centro-Oeste - de Divinópolis até a região de Furnas, de Três Marias, descendo à região do Campo das Vertentes, onde nasci e tenho atuado com muita alegria -, nada teria acontecido, pois o somatório das ações do poder público e da população em geral possibilitou a construção daquele hospital, que hoje atende a tantas pessoas e salva tantas vidas.

Infelizmente, o SUS continua com grandes restrições e limitações. Embora o governo do Estado - o governo federal continua com um teto mínimo - pague todo o procedimento de quimioterapia e radioterapia, acima do limite estabelecido na Pactuação Integrada - PPI - dos Municípios, as cirurgias de câncer estão restritas. Como se pode adiar uma cirurgia desse tipo?

Fomos lá e estamos trabalhando firme para que a saúde também seja atendida. É-nos muito gratificante fazer esse elo da sociedade com o poder constituído. E aqui, no governo do Estado, sempre que temos a oportunidade, fazemos um balanço, e os resultados são muito positivos: investimentos na saúde, na educação. Conseguimos recursos especiais, por meio do Pró-Hosp, para melhorar a estrutura do São João de Deus e, agora, para investir na microrregião: para Bom Despacho, para o Instituto da Mulher em Santo Antônio do Monte, para Santo Antônio do Amparo, para Campo Belo, enfim, para as várias cidades que figuram como pólos microrregionais. Entretanto, ainda precisamos chegar às pequenas santas casas.

Por meio de emenda parlamentar de minha iniciativa, procurei colocar recursos para a Santa Casa de Carmo da Mata, para Oliveira e Cláudio, de modo a ajudar vários outros locais. Foi com alegria que contribuimos nas emendas que possibilitaram a construção de postos de Saúde da Família. É preciso mais investimentos na área da saúde para que tenhamos, de fato, a área básica bem atendida.

Por um lado, nós, Deputados Estaduais, temos possibilidade de interferir na política do atendimento feita junto ao Estado - trabalhando,

representando a nossa cidade, a nossa região e todo o povo de Minas. Temos de pensar em toda Minas Gerais. Eu, por exemplo, tive a alegria de aprovar um projeto que alcança todo o Estado: o Fundo Estadual de Cultura. Sairá o edital para que cada cidade do interior mineiro - do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Sul e do Triângulo - apresente o seu projeto na área de cultura e receba o dinheiro diretamente do Estado, sem depender de patrocinador, como ocorre com a lei de incentivo, que é muito boa mas acaba ficando restrita aos grandes empreendimentos culturais, àqueles que têm fama, por assim dizer.

Se no Estado há esse diálogo, não posso terminar sem mencionar uma preocupação que tenho, já reiterada diversas vezes. Viajei durante 15 dias por mais de 40 Municípios. Em todos eles percebi um verdadeiro desespero, uma situação de calamidade que está sendo presentida. Minas Gerais e o Brasil têm uma tradição, que não é uma mera tradição, é uma história, uma economia que está sustentada na agropecuária, na agricultura. O maior empregador de todo o Brasil ainda é a agricultura. Quando o governo se vangloria do superávit na exportação, não há um centavo que está exportando, é a agricultura brasileira, que vem caindo ano a ano. A expectativa, Sr. Presidente, é que neste ano tenhamos uma queda de mais de 20% na safra agrícola. No término do governo Fernando Henrique o patamar passava de 100.000.000t de grãos no Brasil. Continuou crescendo no mesmo embalo, chegando próximo a 130.000.000t. A agricultura vinha melhorando em tecnologia, o produtor rural era mais competitivo e dedicado. Há prenúncios de que possamos cair rapidamente, abaixo de 100.000.000t. Isso significa desemprego, quebra de campo e sofrimento, além de, talvez, mais cliente para a tal bolsa que não emprega. Nunca disse que o governo não deve dar comida a quem tem fome. Defendo que ela deve ser dada, sim. Mas é inaceitável um governo que não se preocupa com a educação porque desvinculou essa bolsa do programa Bolsa-Escola, que exigia frequência na escola, e não teve a menor responsabilidade em relação a isso, só com o aspecto eleitoral. É um governo que não se preocupa com a capacidade de gerar emprego, de produzir. Portanto, embora sejamos Deputados Estaduais, devemos alertar para a demagogia, o cinismo, inclusive, dos que fazem campanha, que já nos deixam assombrados. Prometem mundos e fundos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço o aparte e o cumprimento pelo pronunciamento. V. Exa. falou sobre calamidade pública no País. Peço permissão para ler uma carta que recebi hoje, do Norte de Minas, da localidade de Rodeador, Fazenda Marimbó, Município de Riacho dos Machados. A correspondência está datada de 31/7/2006. (- Lê:)

"Nós, pequenos proprietários desta localidade, Rodeador, comunidade de Marimbó, no Riacho dos Machados, e Associação dos Pequenos Produtores Rurais, logo abaixo relacionados e representados pelo 2º-Secretário dessa Associação, Sr. Jonas Pereira dos Santos, levamos ao conhecimento de V. Exa e dos demais Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais a nossa situação de sofrimento quanto à água em nossa região.

Antigamente, existia água sobre a terra em lagoas, brejos, córregos. Hoje, nem em uma cisterna com oito metros de profundidade, encontramos água potável. Não há água para a criação de gado e de outros animais. Somente temos água quando está chovendo. Vivemos à mercê do carro-pipa dos órgãos públicos. Muitas vezes, temos que comprar água da Copasa e pagar frete a particulares.

Diante de tal situação, pedimos a V. Exas. que tenham piedade, mandem abrir e equipar um poço artesiano em nossa localidade, para abastecer as famílias das pessoas abaixo relacionadas."

Fiz questão de ler essa carta para mostrar que o País praticamente parou. Todos os órgãos do governo federal estão focados no que hoje ocorre no Congresso Nacional. A situação deve piorar. Hoje o relator da CPI da Máfia das Ambulâncias está dizendo que também fiscalizará o Poder Executivo, incluindo os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação. Em Brasília, todos estão com medo. O processo político está parado. Algumas ações deveriam estar ocorrendo no País, principalmente no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas, mas ninguém faz absolutamente nada. A eleição e o medo do que acontece no Congresso Nacional pararam o País. O medo estampado em nossos Ministérios parou o País.

As pessoas precisam despertar. Há 90 dias, não cai uma gota de água no Norte de Minas. Os rios secaram. Não há nenhuma ação de ajuda aos pequenos produtores rurais. Os que esperavam o milagre do perdão da dívida que é fruto de empréstimos em bancos oficiais só tiveram, até o momento, o silêncio como resposta. A economia está avançando aos trancos e barrancos, mas as pequenas ações de socorro aos flagelados não ocorrem.

Infelizmente, há poucas pessoas no Plenário. A Casa também está parada em virtude das eleições. Temos que chamar a atenção para o que acontece. Vemos programas sociais que ainda caminham porque têm algum recurso, mas o socorro e a ajuda aos mais carentes não ocorrem. Não vemos nada em nosso Estado e em nosso país.

Assim, faço este apelo, ressaltando que também verei o que posso fazer. Agora mesmo irei à Copasa, até porque acho absurdo o que se relata aqui: que a Copasa esteja vendendo a água. Vendendo como? Como se vende a água da Copasa? Ela tem um armazém para isso? Eles compram a água da Copasa e cobram para entregar a essas famílias? Não há justificativa para isso.

Nós, que apoiamos o Governador, temos a certeza de que Aécio Neves não concorda com atitudes dessa natureza, mesmo porque continua empreendendo suas ações, mas estamos falando do que há de mais elementar e prioritário para a vida: a água. E não posso admitir que uma carta como essa, assinada por uma associação, venha fazer essa denúncia de que a Copasa esteja vendendo água aos pequenos produtores para que matem a sede. É preciso ver, e é isso o que farei, se há ao menos algum projeto emergencial em curso e se é possível perfurar esse poço artesiano.

Mas relato esse pequeno fato, Deputado Domingos Sávio, para mostrar o que está acontecendo: em nossa região, não há nem clima para pedir voto. Para os que vão pedir votos em alguma dessas comunidades do Norte de Minas, eles respondem perguntando onde está a água: "Estamos morrendo de sede, precisando de ações dos governos estadual e federal". Aliás, os Municípios estão absolutamente incapacitados de fazer qualquer coisa; o que arrecadam não paga sequer a folha de servidores. E as coisas estão agora paralisadas: não se faz nenhum convênio, nenhuma transferência, com uma hipocrisia que nunca vi igual. Não se pode fazer nada três meses antes da eleição? E aí? Vamos deixar o povo morrer? Não se pode perfurar um poço artesiano, fazer qualquer ação, autorizar uma transferência de recursos da União ou do Estado para os Municípios? É a eleição que está causando esse silêncio sepulcral em nossa região, em nosso Estado e em nosso país, pois nada se faz nesse período?

Agradeço a V. Exa., desculpando-me se me prolonguei. Foi mais um desabafo diante da carta que recebi hoje e que me comoveu. Não posso concordar com essa hipocrisia de se paralisar o País três meses antes da eleição, ao mesmo tempo que se permite que pintem e bordem em Brasília, como está acontecendo. Quem paga a conta, infelizmente, é o povo carente, o povo necessitado. Obrigado.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - É muito importante o que estamos debatendo aqui, mas, para resolver o problema da população, acho que tão importante quanto as reivindicações e as críticas ao governo federal que estão sendo feitas é a junção de esforços dos governos federal, estaduais e municipais.

O que o Deputado Carlos Pimenta acaba de expor sobre Riacho dos Machados é muito importante, mas conheço a região e sei que a cidade não tinha nem luz, que agora está sendo levada para lá, pelo Programa Luz para Todos. Isso quer dizer que, se houver união entre os governos federal, estadual e municipais, certamente os problemas serão resolvidos de uma forma melhor, entre eles o problema da água da Copasa. Aliás, acho que não é cabível colocar a culpa no governo federal pela falta de água; a Copasa tem de fazer a sua parte. O governo federal está

investindo R\$10.000.000.000,00 para levar luz a essas regiões, e o senhor sabe disso, Deputado Domingos Sávio. De seu lado, a Copasa não pode deixar que as pessoas vivam sem água. Ou seja, é preciso haver uma união de esforços.

Segundo pesquisa publicada na "Folha de S. Paulo" e em "O Globo", do dia 9 de julho, 32 milhões de brasileiros saíram da miséria e foram para a pobreza, ou seja, deixaram de ser miseráveis; 7 milhões de brasileiros deixaram a classe pobre e passaram para a classe média. Isso, graças ao governo do Presidente Lula. É importante dizer isso e, ao mesmo tempo, mostrar que os governos estaduais, pela última pesquisa divulgada, têm diminuído seus investimentos na área social. Ou seja, é preciso lembrar da importância da junção de esforços dos governos federal, estaduais e municipais, porque só assim teremos um país mais igualitário e justo e poderemos resolver problemas como esses que os Deputados Domingos Sávio e Carlos Pimenta acabam de relatar. Era só. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Domingos Sávio* - Sou eu que agradeço. Com um sentimento de que é preciso a união de esforços, o Programa Luz para Todos de fato é um exemplo. É um programa em que o governo do Estado entra com praticamente 70%, e o governo federal com algo em torno de 30%. É bom que isso fique claro, Deputado Jesus Lima, porque há uma turma que tem mania de dizer que o financiamento que a Eletrobrás faz para a Cemig é dinheiro do governo do Estado, como se a Cemig não fosse pagar esse financiamento. E, na verdade, o governo do Estado entra com praticamente 70%, portanto mais do dobro do que entra o governo federal. Mas é bom porque soma, e, com isso, Minas Gerais foi o Estado que mais alcançou êxito e que mais ligações de energia elétrica vem fazendo, em um trabalho exemplar por parte da Cemig.

O enfrentamento de questões como essa, da miséria e da seca, deve ser feito em conjunto pelos governos. O que não dá para aceitar é dizer que alguém deixou de ser miserável para ser pobre, ou deixou de ser pobre para ser classe média, graças ao governo Lula. É como dizer que o Brasil exportou tantos milhões de toneladas de soja, de café, de ferro, de aço, e foi o governo que exportou. Aliás, o governo tem mania de dizer que o superávit da balança comercial é um mérito seu. E, se houver qualquer prosperidade por parte do cidadão - é bom que o cidadão reflita sobre isso -, se ele conseguiu melhorar um pouco de vida, tem de agradecer a determinada pessoa. Isso é absolutamente inaceitável, e não posso comungar com esse raciocínio. Somos um país respeitado no mundo inteiro - e não é de agora - como uma das maiores potências de todo o universo. País com riquezas naturais, com uma cultura fantástica, diversificada, com um povo bom. E crescemos pelo nosso esforço. É lamentável crescermos em torno de 2%, enquanto a Argentina cresceu 10%. Crescemos uma ninharia, enquanto a média da América Latina cresceu três vezes mais que o Brasil. Portanto temos de refletir se o governo está ajudando no nosso crescimento. Essa é a análise que temos de fazer, comparando com a realidade mundial, porque um país se compara com outro país.

Há uma história, no Brasil, de dizer que quando a coisa não é muito boa ela é do Paraguai. O Paraguai é um país que merece respeito e, curiosamente, cresceu mais que o Brasil nos últimos anos, do governo Lula, quando o Brasil deixa de crescer e, infelizmente, fica patinando, num momento que poderia estar desenvolvendo-se.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e deixo registrado o meu sentimento de entusiasmo, apesar de todas as dificuldades que vivemos. Aliás, é delas que surgirão as transformações que o povo há de fazer nesse processo eleitoral. As dificuldades nos impulsionarão e, seguramente, serão os melhores conselheiros para cada cidadão separar o joio do trigo, para que possamos persistir na democracia. Não adianta desistir da democracia, esse não é o caminho. Devemos persistir nela, separando o joio do trigo, para que possamos melhorar o nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela tolerância, para que o debate pudesse ocorrer.

* - Sem revisão do orador.

58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/8/2006

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos presentes nas galerias da Casa, telespectadores da TV Assembléia, o motivo que me traz aqui, Sr. Presidente, - tenho certeza - entristeceu a todos nós, belo-horizontinos e mineiros.

Hoje pela manhã, ao ler o jornal "Estado de Minas", informei-me, por meio da infeliz notícia dada pelo Ministro Márcio Fortes do governo federal, de que o metrô de Belo Horizonte irá parar. As obras não continuarão, as linhas 2 e 3 do metrô nada mais eram que apenas promessas de um Presidente que faz um discurso vazio, um Presidente demagogo e irresponsável.

Ontem o Ministro Márcio Fortes veio a Belo Horizonte comemorar os 20 anos de funcionamento do metrô da Capital. Durante as comemorações do funcionamento da linha 1, ele nos deu um "presente de grego", anunciando que as linhas 2 e 3 do metrô não seriam instaladas tão cedo. Há alguns anos, no meu primeiro ano de mandato, começamos um périplo por todos os ministérios do governo federal que se instalavam, pedindo apoio para a continuação das obras do metrô de Belo Horizonte.

Começou mal o governo Lula quando escolheu para Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - uma pessoa que não tem nenhuma experiência. Muito pelo contrário, Deputado João Leite, ele se mostra contrário às aspirações dos belo-horizontinos, que querem ver o metrô de Belo Horizonte funcionando, trazendo benefícios para a população mineira. Então, ele começou mal quando escolheu aquele Presidente, que tem como principal característica o autoritarismo, pois não respeita os representantes do povo mineiro. Digo isso porque ele proibiu qualquer representante da CBTU, órgão gestor dos metrôs do nosso país, ligado ao Ministério das Cidades, de vir à Assembléia Legislativa a fim discutir com os parlamentares mineiros sobre assuntos relacionados ao metrô de Minas Gerais, de Belo Horizonte.

O Presidente Lula começou errando, pois escolheu um homem autoritário para dirigir a CBTU. Em seguida - o que para nós não é novidade, Deputado João Leite -, ele fez um discurso, ainda em 2003, quando inaugurava parte da duplicação da Fernão Dias, em Pouso Alegre. Na ocasião, ele disse, Deputado Elmiro Nascimento, que a obra do metrô de Belo Horizonte era prioridade nacional e que seria a primeira a ser finalizada. Vamos esquecer mais essa fala demagoga e mentirosa do Presidente Lula.

Em 2004, durante as eleições municipais de Belo Horizonte - aqui está um dos que disputaram a eleição na época -, um teatro foi armado pelo então Ministro das Cidades, Olívio Dutra, do PT do Rio Grande do Sul, ao lado do Presidente da CBTU, João Luiz, e do Prefeito e candidato, Fernando Pimentel. Os três personagens armaram um teatro para enganar a população belo-horizontina. Na época, anunciaram o início da elaboração dos projetos das linhas nºs 2 e 3 do metrô. A linha nº 2 já tinha um projeto que ligava a Savassi à Pampulha, mas alegaram que fariam outro e que este ligaria o Sion à Pampulha e também à linha Calafate-Barreiro. Eles fizeram esse teatro durante as eleições.

Agora, depois de pouco mais de um ano e meio, o Ministro Márcio Fortes, hoje na mesma Pasta a que pertencia Olívio Dutra, vem a Belo Horizonte, no dia da comemoração dos 25 anos de funcionamento do metrô, informar que as linhas nºs 2 e 3 não sairão do papel nos próximos 20 anos. Pergunto: qual a colaboração do Presidente Lula e do João Luiz, Presidente da CBTU, para o metrô de Belo Horizonte?

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, inauguramos as seguintes estações: Santa Inês, São Gabriel, Waldomiro Lobo e Floramar. Para o Vilarinho, bastava apenas a sinalização para que a baldeação do Floramar até lá fosse interrompida. Foram necessários três anos e meio de governo Lula para que a sinalização fosse resolvida e a baldeação acabasse e o metrô tomasse seu movimento natural. Fica a pergunta: qual a colaboração do Sr. João Luiz com o metrô da cidade da qual se diz filho e apaixonado?

Ontem, ao lado do Ministro, os dois, segurando o mesmo "presente", deram essa notícia que muito nos entristeceu. Como representantes do povo mineiro e filhos de Belo Horizonte, alguns parlamentares tiveram uma nobre idéia. Eu, o Deputado João Leite e o Deputado Célio Moreira estamos, a partir de agora, colhendo assinaturas para criar com urgência uma frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte, que trará benefícios a toda a população mineira. Também essa população, para ter mais qualidade de vida e facilidade de transporte, precisa, sim, do metrô em Belo Horizonte.

Fica registrada, então, minha indignação e revolta com o discurso do Presidente Lula feito em 2003, que, como fica claro hoje, foi mentiroso e não diferente dos milhares de discursos que proferiu durante esses quatro anos de campanha - que foi o que fez: não governou; fez campanha.

Fica também minha indignação com um ato deplorável: há dois anos, durante a campanha municipal em Belo Horizonte, o candidato do PT, o Presidente da CBTU e o Ministro do PT anunciaram o início da elaboração desse projeto. Mas esse mesmo Presidente da CBTU disse nos jornais de hoje que ele não começou a ser elaborado e que isso ainda vai demorar, a princípio, quatro anos.

Fica registrada também a minha indignação com o tratamento que o Presidente Lula vem dando aos belo-horizontinos, que tão bem o acolheram há quatro anos, nas eleições de 2002.

O Deputado João Leite (em aparte) - Rapidamente, Deputado Gustavo Valadares, quero dizer que caiu a máscara de um governo que durante todos esses anos vem prometendo tanto com relação ao metrô de Belo Horizonte. V. Exa. deve-se lembrar de que criaram, tempos atrás, um "SOS Metrô", em que permanentemente acusavam os governos anteriores de nada fazerem pelo metrô. Mas, histórico é o que o governo Lula não fez por Belo Horizonte e pelo metrô. Isso sem falar do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, de que não nos podemos esquecer quando o assunto é transporte, pois continua matando o belo-horizontino e o morador da região metropolitana. Antontem mesmo, houve ali um terrível acidente, que deixou mortes e muitas pessoas feridas, sendo atendidas nos nossos hospitais de traumas.

Para encerrar, quero parabenizar o Deputado Gustavo Valadares, que, devemos reconhecer, assim como o Deputado Célio Moreira, vem fazendo uso da tribuna desta Casa sempre em defesa do metrô e de sua chegada ao Barreiro. Mas creio que a verdade está na manchete do "Estado de Minas": "Governo enterra metrô em BH". Acho que essa é a fotografia do governo Lula: um governo que enterrou o metrô de Belo Horizonte, aguardado por tanto tempo por todos nós e pelos moradores da Região Metropolitana, deixando-nos com esse nó em que hoje vivemos em Belo Horizonte - especialmente aqueles que dependem do transporte coletivo, que foram abandonados pelo PT, abandonados pelo governo Lula, que nos trouxe esse presente. A mentira passou pela sucessão municipal, mas demorou pouco tempo. Agora chegou a verdade de um governo que nada fez por Belo Horizonte. Parabéns, Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Obrigado, Deputado João Leite. Faço coro com as palavras de V. Exa., pois nossa revolta é a mesma.

Ainda quero relembra mais um ponto. No início do governo Lula, o governo de Minas - administrado de forma exemplar por Aécio Neves - propôs ao governo federal a estadualização do nosso metrô. Ora, se o governo federal não tem intenção ou interesse em continuar as obras do metrô de Belo Horizonte, Minas Gerais tem. Por diversas vezes, tentamos a estadualização do metrô, mas não conseguimos levar à frente essa negociação, por má vontade unilateral do governo federal, que não quer fazer as obras nem vê-las feitas por outro governo. Este é o modo como este governo federal vem tratando os belo-horizontinos: com descaso, mentiras e discursos demagogos.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Nobre Deputado Gustavo Valadares, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, unir-me a V. Exa. nessa manifestação, que deve unir a todos. Não posso acreditar que haja um parlamentar, um partido ou quem quer que seja que aceite isso. Nós, mineiros, especialmente o povo de Belo Horizonte, não podemos aceitar isso. Até porque não se pode falar em falta de dinheiro. É um governo que teve dinheiro para o metrô de Caracas, na Venezuela, mas não tem dinheiro para concluir uma obra em Belo Horizonte. Essa é uma postura equivocada.

O governo do Presidente Lula tem suas opções em relação às políticas externas. Não comungo da paixão que o Presidente Lula demonstra por Hugo Chávez, por Evo Morales, até porque as atitudes desses líderes podem servir aos seus povos, ainda assim de forma equivocada. Não nos cabe fazer essa avaliação, pelo respeito que temos à independência de cada povo. Mas o governante vai ao exterior visitar ditadores, como o Hugo Chávez, que fica fazendo apologia da ditadura, e o Evo Morales, que toma atitude absolutamente pernicioso contra o Brasil no tocante aos contratos firmados de fornecimento de gás e às indústrias que lá se instalaram, como a siderúrgica que foi literalmente invadida por militares. Uma coisa é o Presidente Lula fazer essa opção ideológica, outra é colocar o dinheiro brasileiro lá fora e não cumprir as suas obrigações com o povo mineiro, não dar seqüência a uma obra que precisa ser concluída, como a do metrô de Belo Horizonte, que serve não apenas à Capital mineira, mas à grande região metropolitana.

Portanto, V. Exa. traz aqui um tema importante. Sempre digo que é nosso dever legislar, fiscalizar, denunciar, cobrar. E V. Exa. faz isso com muita competência. É uma liderança que se destaca. Venho aplaudir o seu trabalho, que merece de nossa parte todo o apoio. Como eu, V. Exa. está também no primeiro mandato, mas tem muito a oferecer ao povo mineiro, pela forma atuante, firme e coerente com que vem desempenhando o seu papel. Parabéns pela manifestação. Faremos coro, cobrando do governo federal que invista em Minas Gerais o que é seu dever. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio, pelas suas palavras. Encerro meu pronunciamento registrando minha insatisfação, em nome do povo de Belo Horizonte, pelo tratamento que nos vem sendo dado pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, pelos Ministros que já passaram pelo Ministério das Cidades, incluindo o atual Ministro, Márcio Fortes, e pelo Sr. João Luiz, Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU -, que se diz filho de Belo Horizonte.

Gostaria de agradecer a paciência e o bom-senso do Presidente, que me concedeu mais alguns minutos para meu pronunciamento, e de dizer que o Deputado Domingos Sávio nos traz um assunto importantíssimo. Financiamos o metrô de Caracas, na Venezuela, e não financiamos o metrô de Belo Horizonte. Fica aqui uma frase final, uma pergunta: Caracas, até onde chegaremos? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoal que nos acompanha pela TV Assembléia. Não poderia também deixar de me manifestar a respeito dessa situação e dessa decepção que a população de Belo Horizonte, principalmente do Barreiro e de Venda Nova, está tendo com a visita do Ministro que veio a Belo Horizonte comemorar não sei o quê.

Quero também parabenizar o Deputado Gustavo Valadares, que tem batalhado pela conclusão do metrô de Belo Horizonte.

Volto a ocupar a tribuna desta egrégia Casa para, mais uma vez, na qualidade de Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Assembléia e como morador do Barreiro, manifestar a minha profunda indignação pelo desrespeito demonstrado com os moradores desta cidade, particularmente com os do Barreiro.

Embora esse assunto jamais tenha saído do rol das minhas prioridades, fui despertado hoje, como disse o Deputado Gustavo e outros que trabalham e militam na Capital, com as notícias dos jornais fazendo referência à comemoração dos 20 anos do nosso metrô. Na verdade, são 24 anos de uma novela suja, de promessas, que não acaba. Dizer que temos um metrô é, no mínimo, darmos grande demonstração de boa-vontade. De fato, temos um trem fantasma, fruto do imaginário dos que querem continuar enganando-nos. Temos um projeto de metrô que desliza por linhas imaginárias, azeitadas por promessas nunca cumpridas. Se este governo tem algo a comemorar em relação ao metrô, é tão-somente a sinalização do trecho São Gabriel-Vilarinho. Ainda assim, sabe Deus, lutamos muito em prol desse recurso.

Os Deputados e as Deputadas desta Casa lembram-se bem de que o Presidente Lula, em 2003, esteve no Sul de Minas garantindo dar prioridade à conclusão do metrô de Belo Horizonte. Na ocasião, parecia-nos plausível acreditar nessa promessa, já que a linha 1 estava adiantada, e as obras da linha 2, que liga o Calafate ao Barreiro, sendo conduzidas em ritmo lento, mas fluído, e recursos federais. Mas, a partir de 2003, a linha 2 teve seus recursos minguados. Nos últimos quatro anos, este governo mal conseguiu liberar recursos para a sinalização do trecho São Gabriel-Vilarinho e não investiu nenhum vintém na linha 2. Menosprezando a memória do belo-horizontino, o governo federal cuidou de alimentar a fantasia de um metrô, usando o nosso povo como massa de manobra, com várias promessas, nas quais busquei desacreditar, por saber que não seriam cumpridas. Aqui mesmo, neste Plenário, afirmei que tudo o que foi dito no Palácio e nas audiências públicas pelo Presidente da CBTU era mentira. Hoje, isso foi confirmado por toda a imprensa mineira. Uma dessas promessas, ainda em pauta, acena para um megaprojeto incluindo as linhas 2 e 3. Para a sua elaboração, devem ser feitos gastos astronômicos.

A nova versão dada ontem pelo Ministro das Cidades é que esse tal projeto é na verdade remanescente da década de 60, e está sendo apenas adaptado à nova realidade. Admitiu ainda o Sr. Ministro que não há verba para a obra, deixando-nos apenas a certeza de que o metrô nesta cidade continua sendo um sonho distante para uma grande massa de trabalhadores que amarga o dia-a-dia com um transporte deficiente e caro.

Só agora sabemos que o tal megaprojeto, traçando mais duas linhas de metrô na cidade, é antigo e que somente seu estudo demandará aproximadamente mais quatro anos.

A falta de comprometimento neste país com a palavra empenhada e com as promessas feitas, assim como a ausência de transparência nas ações de alguns, está de tal forma configurada no perfil do governo federal que parece-me chegada a hora de repensarmos o Brasil. Torço para que esse ponto de partida sejam as eleições que se avizinham.

Acredito que os senhores se lembram da luta que travamos nesta Casa em 2003, quando aqui instalamos uma comissão especial com o objetivo de clarear a situação do metrô e sensibilizar o governo federal da necessidade de continuar as obras da linha 2, um esqueleto jogado a sua própria sorte e que vai sendo corroído pelo tempo, soterrando um alto investimento.

Essa obra, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, foi iniciada em setembro de 1988, e o custo orçado para a conclusão desse trecho era de US\$173.000.000,00. Até 2003, recursos modestos permitiram o andamento do serviço, o pagamento de desapropriações e várias obras de arte.

Já em 2003, o governo federal começou a dar sinal de descomprometimento com a obra.

Vários capítulos se seguiram, estendendo essa novela chamada metrô. Um deles, o que tratava da estadualização do trem metropolitano, uma parceria do governo do Estado, Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem.

Sabendo do desgaste que a paralisação da obra trazia para o governo, um grupo liderado pelo Presidente da CBTU esteve na região do Barreiro, numa tentativa de resgatar a fé daquela gente sofrida, ao longo de tantos anos manipulada em sua boa-fé e esperança de ver o seu ramal de metrô chegar.

Em 2003, R\$35.000.000,00 foram aprovados em emendas pelos Deputados Federais e liberados apenas R\$254.000,00 para aquele ramal. De 2003 a 2004, diante da ausência de recursos para a obra, também para a linha 1, movimentamo-nos nesta Casa buscando garantir a liberação de verba. Foram feitas várias reuniões.

Em um grande esforço, buscamos o apoio do poder municipal, de vários Vereadores de Belo Horizonte e do Prefeito, amigo pessoal do Presidente. Tentamos sensibilizar o Presidente da CBTU, Sr. João Luiz Dias, do prejuízo que a descontinuidade da obra acarretaria, mostrando-lhe a importância da liberação, ainda que de poucos recursos.

Em setembro de 2004, estivemos em Brasília para participar da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Na oportunidade, o Sr. João Luiz afirmou que, de fato, nunca houvera um projeto para a linha 2 do Barreiro, justificando, assim, o corte de recursos para a referida obra. Em janeiro do ano passado, estive em Brasília com o Presidente da República em exercício, Sr. José Alencar, que é mineiro e conhece as necessidades e carências do Barreiro, onde, nas eleições para Senador, obteve esplêndida votação. Então, comprometeu-se a ajudar na liberação de verbas a fim de que, de fato, a linha 2 fosse concluída. O Ministro Patrus Ananias, Deputado Federal majoritário do Barreiro, esteve na reunião que aconteceu no Senado, na Comissão de Infra-Estrutura, mas entrou e saiu calado, nada cobrou ao governo para a conclusão da linha 2 do metrô do Barreiro.

Em janeiro do ano passado, o Presidente da CBTU anunciou o projeto para a construção das linhas 2 e 3, orçado em US\$1.500.000.000,00, com conclusão prevista para 2010. A proposta, na verdade uma segunda versão, evitava a Avenida Augusto de Lima e passaria pela Avenida Amazonas. Desse modo, impedia-se a revitalização da área, considerado corredor importante para a economia da cidade.

Na ocasião, tentei dizer a verdade, que, aliás, desde 2003 está calada, que este governo não prioriza o transporte. Destarte, Belo Horizonte e seu povo estão sendo tratados com um desrespeito incomum, o que é inaceitável. Fui ao Palácio da Liberdade, onde o Presidente da CBTU, acompanhado do Ministro das Cidades, anunciava um projeto de expansão do metrô, com anexação da linha 3. O Governador Aécio Neves não se encontrava lá, mas foi representado pelo Prof. Anastasia. Fui lá com a intenção de desmentir o Ministro - hoje a situação está sendo comprovada pelos jornais. Sabendo do meu intento, o Prof. Anastasia procurou-me e pediu-me que não me manifestasse, pois, caso contrário, ele ficaria constrangido. Diante disso, retirei-me do local, já que, se ficasse lá, cumpriria meu propósito.

Vários Vereadores de Belo Horizonte também estiveram lá. Ressalto que alguns deles esticaram várias faixas na região do Barreiro, anunciando que o metrô está chegando. Todavia, trata-se de uma grande mentira, de uma conversa fiada, mas isso sempre aconteceu em época de eleições. Então, para não constranger os presentes, fui impedido de dizer a verdade. Em nome da boa conduta, acatei a solicitação de calar-me e engolir seco mais uma enganação, cujo único e específico objetivo é postergar uma tomada de ação, que não virá neste nem no outro

mandato, caso o Presidente se reeleja.

O caráter brincalhão que envolve o projeto do metrô ficou evidente também na visita que o Presidente da CBTU fez ao Barreiro, quando sugeri que o povo deveria mobilizar-se para conseguir liberação de recursos do governo federal.

O que essa atitude acrescentaria a tantas ações que foram promovidas sem resultado algum? Apenas um engodo. Na época, disse que era mentira e que estavam enganando o povo. Algumas pessoas ficaram até chateadas, mas é a verdade que está aí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, como Presidente da Comissão de Transporte e morador do Barreiro, quero dizer que temos de dar um basta a essa brincadeira de mau gosto que andam fazendo em torno de um projeto tão importante para a nossa cidade.

Estamos instalando hoje a frente parlamentar que cobrará resultados, seriedade e compromisso. Com os Deputados João Leite, Gustavo Valadares, colheremos assinaturas dos Deputados e das Deputadas e cobraremos também dos nossos Deputados Federais e Senadores o compromisso para que o metrô de Belo Horizonte, uma novela de 24 anos acabe de uma vez.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. ter-nos dado um tempo maior para o nosso pronunciamento. V. Exa. também é Deputado votado na região do Barreiro. Deputado André Quintão e Deputada Jô Moraes, peço que unamos forças para que realmente o metrô chegue ao Barreiro. Chega de engodo, de novela e de conversa fiada. Queremos um transporte de qualidade, barato e rápido. Queremos o metrô. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, ontem estive na cidade de Canápolis, em uma reunião com alguns segmentos da sociedade, com policiais militares e civis, que me passaram uma reivindicação que apresentaremos em forma de requerimento à Casa. O problema que me relataram é sobre o fato de as Polícias Militar e Civil ficarem responsáveis pela guarda de presos.

Isso precisa acabar em nosso Estado. O contingente policial, principalmente das cidades pequenas, não pode ficar responsável pela guarda de presos, conforme a Constituição do Estado. Recentemente, houve um concurso para Agente Penitenciário, uma guarda especializada para cuidar dos detentos nos presídios, mas, infelizmente, o número dos contratados foi muito pequeno em face da necessidade.

Na cidade de Canápolis, como em outras cidades pequenas do Estado, o contingente das Polícias Militar e Civil já é muito pequeno e fica comprometido com a guarda dos presos. Apresentamos requerimento solicitando ao governo do Estado providências, em caráter imediato, para resolver essa situação. Esse expediente liberará os efetivos das Polícias Militar e Civil para cumprir sua função de prevenção e de investigação, e não para cuidar da guarda de presos.

Solicitamos que o Governador resolva esse problema o mais rápido possível. Sem falar ainda da falta de estrutura das forças de segurança pública no que diz respeito a questões básicas, como armamento, colete, viaturas e sede.

Já falamos repetidas vezes aqui que, se o poder público municipal não realizar convênio com as Polícias Civil e Militar, nem papel higiênico poderá comprar. Precisamos mudar essa triste realidade no nosso Estado. É simples mudá-la, basta aprovar o projeto que já está tramitando nesta Casa há bastante tempo, que é o do Fundo Estadual de Segurança Pública. No Orçamento deste ano já está prevista uma arrecadação de mais de R\$360.000.000,00. Só esses recursos provenientes das taxas de segurança pública já seriam suficientes para resolver o problema estrutural das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. É preciso que as polícias obtenham autonomia e liberdade sem ter a sua autoridade fragilizada. Às vezes, o poder público municipal as fragiliza, com o Prefeito ligado a determinado grupo ou partido político. Portanto, é preciso que as Polícias Militar e Civil tenham liberdade de ação, autonomia, independência e condição estrutural. Infelizmente, hoje elas não as têm.

Há um exemplo claro disso. Fazemos uma comparação: em 2003, foram gastos apenas R\$30.000.000,00 com a segurança pública; no Orçamento deste ano, está previsto que o Estado arrecadará R\$360.000.000,00 só com a taxa de segurança pública.

Essa situação não pode continuar. É preciso mudá-la. Há como resolver esse problema: é só aprovar o projeto que já está tramitando nesta Casa, o do Fundo Estadual de Segurança Pública.

Sou membro efetivo da Comissão de Segurança Pública, represento o Bloco PT-PCdoB. Várias vezes discutimos nessa comissão que, infelizmente, às vezes, os policiais não têm nem armamento. Estive em Alterosa, onde recebi até uma correspondência, e observei que a única arma de calibre grosso e pesado que possuem é uma espingarda; aliás, só um dos canos está funcionando. Houve exemplo de outros Deputados: às vezes, é melhor o policial jogar o revólver na cabeça do bandido do que sacá-lo, pois a arma está totalmente enferrujada, sem condições de uso. Os recursos não podem ser desviados, mas, sim, aplicados na segurança pública.

Repito: R\$360.000.000,00. Da mesma maneira que há recursos vinculados à educação e a obrigatoriedade de aplicar-se um determinado percentual na saúde, precisamos também criar vinculação em relação à segurança pública. Sabemos que hoje uma das maiores preocupações da população é o aumento da criminalidade e da violência.

É importante e fundamental valorizarmos o servidor. Se pensamos em melhorar a segurança pública, devemos valorizar o profissional e o salário justo para o policial civil e o militar, o Agente Penitenciário e os policiais do Corpo de Bombeiros. Com ações efetivas e imediatas de todo o poder público municipal, estadual e federal, acredito que podemos amenizar os graves problemas que a nossa população enfrenta em relação à segurança pública, que, na realidade, é insegurança pública.

Para se ter um idéia, hoje o piso salarial de um policial em Goiás é de aproximadamente R\$2.700,00. Podemos verificar que não há como comparar o piso salarial dos servidores de Goiás e de outros Estados com o de Minas Gerais. Na minha área, que é a educação, é triste e lamentável ver um professor de 1ª a 4ª séries recebendo menos de um salário mínimo. A segurança requer investimento, recurso e financiamento. Porém, só resolveremos o problema da segurança se, de fato, investirmos em educação. Gosto sempre de citar Paulo Freire no que se refere a uma realidade: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Como pensaremos em mudanças dessa forma? Infelizmente os servidores públicos vivem uma situação lamentável, pois não são valorizados. O Deputado Laudelino Augusto apropriadamente disse que o papel do servidor é servir bem ao público.

Então, a realidade vivida pelos servidores da segurança pública, da saúde e das superintendências de ensino é deplorável.

Estive em Teófilo Ottoni há alguns meses. Os servidores da superintendência de ensino de lá estão revoltadíssimos. Há uma revolta generalizada também no Sul de Minas, na Zona da Mata e no Triângulo, em função dos baixos salários, dos salários de fome. Poderia citar aqui todos os servidores, como os da Secretaria de Fazenda, do IEF, do IMA, do Poder Judiciário, enfim, de todas as áreas.

Relatarei alguns exemplos do piso salarial de professores de alguns Estados para serem comparados com o do Estado de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, o piso salarial, com ensino médio, é de R\$305,00; com ensino superior, R\$372,00. Em São Paulo, com uma jornada de 24 horas, professores de 1ª à 4ª série têm um piso de R\$700,00, portanto acima do dobro do nosso; com jornada de 24 horas, professores de 5ª à 8ª série, R\$800,00, quase três vezes mais que o nosso. No Paraná, com ensino médio, o piso salarial é de R\$793,00, mais que o dobro; com curso superior, R\$1.030,00, mais de três vezes o valor do piso pago aos servidores de Minas Gerais. Podem dizer que esses dois Estados são ricos, mas vejamos outros. No Pará, com uma jornada de 20 horas, de 1ª à 4ª série, é de R\$475,00; com jornada também de 20 horas, de 5ª à 8ª série, R\$510,00. No Piauí, é de R\$800,00, com ensino superior; e, com ensino médio, R\$400,00. Em Roraima, com ensino superior, é R\$1.205,00, quase quatro vezes mais que o nosso. No Acre - um Estado pequeno -, com ensino médio, é de R\$405,00.

Infelizmente essa é a realidade em Minas Gerais. Trata-se do Estado que pior paga aos seus servidores, e não vemos, lamentavelmente, uma luz no fim do túnel para mudar essa situação. Acredito ser muito importante a indignação. Os servidores têm de se indignar, de se mobilizar, de ir para as ruas. No caso dos servidores da educação, é preciso haver um movimento com o envolvimento dos estudantes, dos pais, da sociedade, fazendo uma grande união com os servidores de todas as áreas, a fim de que o governo tenha sensibilidade para mudar essa situação. Às vezes o Parlamento e o governo funcionam como o feijão: na pressão.

É preciso, portanto, pressionar, ir às ruas, mas de forma inteligente. Se o governo não sentir que há uma pressão popular, que há envolvimento do povo, infelizmente os poucos direitos do funcionalismo irão por água abaixo. Como disse, é preciso haver essa união dos servidores de todas as áreas, para que o Governador reconheça, de fato e de direito, que essa categoria tem de ser valorizada, garantindo-lhe, inclusive, direitos que estão nas Constituições Estadual e Federal, e que não podem ser desrespeitados.

Citarei, mais uma vez, um exemplo da área da segurança pública. Os policiais militares e civis, o Corpo de Bombeiros e os Agentes Penitenciários têm direito ao Auxílio-Periculosidade. Essa é uma previsão constitucional. Lamentavelmente, não há o reconhecimento, nem de fato nem de direito, pelo Governador do Estado, desse auxílio. Se a profissão de policial, tanto civil quanto militar, do Corpo de Bombeiros e Agentes Penitenciários não for típica de risco, qual será? Trata-se de um direito. Os carteiros recebem-no com muita justiça, pois merecem e precisam desse direito.

Infelizmente, os policiais até hoje não conseguiram. Foram apresentadas emendas, que infelizmente não foram aprovadas. É importante que as entidades, a Aspra e o Sindpol continuem nessa batalha, que os Deputados se sensibilizem e que o Governador - sabemos que tem maioria nesta Casa - garanta a autonomia e a liberdade do Poder Legislativo, fundamental num regime democrático, para que possamos aprovar, o mais breve possível, o auxílio de periculosidade para os profissionais da segurança.

No mais, Sr. Presidente, apresento a reivindicação e a indignação dos servidores do Estado de Minas Gerais, que não são valorizados como deveriam. Propagandas e divulgações feitas pelo governo de que paga os servidores no quinto dia útil e o 13º salário em dia, isso não é mais do que obrigação do Estado, é um direito de todos os servidores. O Estado não faz mais que sua obrigação e não precisaria gastar fortunas com publicidade para falar disso.

Às vezes, o governo dá com uma mão e tira com a outra. Lembro-me do abono de R\$45,00 dos servidores que tinham dois cargos, e ele acabou com isso, depois fez a incorporação e disse que estava voltando com o abono.

Os servidores não têm atendimento à saúde - com raríssimas exceções -, praticamente em todo o Estado de Minas Gerais. Embora contribuam com o Ipsemg, não têm atendimento à saúde, pois o Instituto não tem convênio, porque paga muito pouco. O Estado tem uma dívida enorme com o Ipsemg.

A situação hoje dos servidores do Estado de Minas Gerais é muito difícil, e eles, às vezes, não têm esperança, vimos isso quando visitamos as escolas, onde muitos deles trabalham por amor à profissão e às pessoas, porque, no que diz respeito à sobrevivência, com um salário de fome, não há nem como o servidor sobreviver.

Infelizmente, às vezes, a maioria da população não pensa assim, porque não conhece de fato a realidade. Foi criada uma cultura pela grande imprensa de que o servidor é marajá, ganha muito bem. A população não tem conhecimento de quanto ganha um professor, um servidor. Tenho vários contracheques de servidores que trabalharam anos e anos, como, por exemplo, o de Ajudante de Serviços Gerais, com salário-base de R\$120,00. Tenho outros contracheques de profissionais com provimento-base de R\$200,00, Auxiliar de Serviços de Educação Básica, com salário-base de R\$309,00 e mais de 20 anos trabalhados para o Estado, e vários outros.

Essa é a triste realidade dos servidores do nosso Estado. Devemos pôr a mão na consciência e fazer um grande movimento, independentemente de partido político, para que o servidor seja valorizado e reconhecido.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, apenas uma questão, tenho ainda 10 minutos, que poderiam ser mais, já que me inscrevi para este tempo. A utilização do tempo do Grande Expediente - reservado para fazermos comunicações - para questões de ordem retira o tempo dos oradores. Gostaria da atenção da Mesa, para que fosse garantido o tempo para os que se inscrevem a fim de fazerem suas manifestações nesta tribuna. Deixo essa questão para a Presidência, não era o Presidente Mauri Torres que estava presidindo, mas a utilização desse tempo para questões de ordem retira de nós a oportunidade que temos para fazermos nossas manifestações.

Sr. Presidente, quero tratar do mesmo assunto tratado desta tribuna pelos Deputados Gustavo Valadares e Célio Moreira: a notícia que o governo Lula trouxe ontem para a população de Belo Horizonte. Ontem, o governo Lula enterrou o metrô de Belo Horizonte. Nossa reação é muito firme na criação de uma frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte e dos mineiros que moram na nossa região metropolitana, que estão abandonados e esquecidos pelo governo Lula.

É uma maldade o que está acontecendo. Há dois anos tivemos a visita de Ministros a Belo Horizonte para prometer o metrô, enganando milhares de pessoas que sofrem com o transporte coletivo. As pessoas demoram, em média, 40 minutos para deslocar-se por meio do transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O PT conseguiu inovar em nossa cidade. Conseguiu retirar Belo Horizonte da Câmara de Compensação Tarifária da região metropolitana, fazendo com que os moradores dessa região que trabalham em Belo Horizonte paguem muito mais pelo transporte coletivo. O PT pensava naquele momento que Belo Horizonte não teria problema em relação a déficit da Câmara de Compensação Tarifária. Hoje, é incalculável a dívida da Prefeitura de Belo Horizonte com o sistema de transporte coletivo da Capital.

Além de não resolver o problema, o PT nos trouxe outro mais grave ainda. Nunca, na história de Belo Horizonte, cresceram tanto as vilas e as favelas quanto no governo do PT. Este conseguiu fazer com que os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte viessem a morar em aglomerados sem nenhuma condição ou qualidade de vida. Façam uma visita aos aglomerados e vilas de Belo Horizonte e verão a maneira

como as pessoas moram. Poderiam morar em uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas onde iriam trabalhar, se o preço da passagem é maior? Elas têm de morar em Belo Horizonte para não ter de pagar esse preço pela passagem. Os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte necessitam do metrô, tão prometido durante a campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Na campanha, prometeram o metrô subterrâneo da Lagoa da Pampulha até o Sion; agora, vem o governo Lula dizendo que somente os estudos para implantação desse metrô levariam quatro anos para ficar prontos. Diz aqui o representante do governo Lula que não há previsão de recursos para dar início a essa obra. É uma maldade com o povo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Prometeram o metrô, que agora está enterrado. Ontem fizeram uma festa em Belo Horizonte para festejar o quê? Nada. Não aconteceu absolutamente nada, apenas a sinalização de São Gabriel a Vilarinho neste governo, e vieram aqui comemorar e divulgar más notícias para a população da nossa região metropolitana.

O que temos em Belo Horizonte são esqueletos. Na Avenida Amazonas, passamos sobre a linha da antiga Central na Amazonas, linha do sonhado metrô até o Barreiro. O governo passado fez várias obras de engenharia, desapropriações, e agora estamos perdendo todo o dinheiro do povo de Belo Horizonte e de Minas Gerais investido ali. Todo esse dinheiro está-se perdendo, está sendo corroído com o tempo pelo descaso do governo Lula com Belo Horizonte e com a região metropolitana.

A reação dos Deputados, dos Vereadores, dos Deputados Federais e dos Senadores precisa ser imediata e à altura do esquecimento de nossa cidade e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mais de 1 milhão de habitantes dessa região - Pedro Leopoldo, Santa Luzia, Lagoa Santa, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Confins - estão esperando apenas o fim da obra da Estação do Vilarinho. São 1 milhão de pessoas que precisam utilizar ônibus e que estão esquecidos, abandonados pelo governo Lula, que veio ontem fazer festa na Capital.

Que festa é essa? Vieram divulgar o pacote de maldades contra o povo de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana. Temos 1.400.000 pessoas por dia usando os ônibus, e apenas 130 mil, o metrô. Que tristeza, que decepção para a população! E agora temos uma total ausência de promessas para o futuro. E o metrô foi tão aguardado, por tantos!

Enquanto isso, Deputada Lúcia Pacífico, que quis assinar imediatamente a frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte, em defesa da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o governo federal está financiando o metrô de Caracas, com recursos da ordem de US\$185.000.000,00. Pasmem. Para o metrô de Santiago, foram US\$153.000.000,00. Atualmente, o BNDES está gastando US\$1.000.900.000,00 em obras nos países sul-americanos, dinheiro que seria quase suficiente para concluir o nosso metrô.

O Presidente Lula não havia dito que era uma prioridade absoluta o metrô de Belo Horizonte? Não tinha falado em um crescimento espetacular? Nem sei repetir os adjetivos utilizados por ele para falar do governo que realizaria. E o que sobrou para a Região Metropolitana de Belo Horizonte? Sobraram apenas promessas de campanha, promessas do PT de concluir o metrô. E, enquanto para nossa cidade restaram apenas essas promessas, para Caracas, veio a realidade: dinheiro para seu metrô. Há dinheiro para Hugo Chávez, para Evo Morales, para o Presidente apresentar-se como líder regional.

Entretanto, em Belo Horizonte, lamentavelmente ouvimos apenas promessas. Os belo-horizontinos da região do Barreiro, que é tão importante para nós, e a população de Venda Nova e de outras cidades estão aguardando há tanto tempo. Lembro que o Barreiro atende também Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho. Todos aguardavam essa obra. E o que sobrou? Sobraram apenas as promessas de um governo insensível, que não vê a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras dentro do transporte coletivo, transporte esse que o PT teve o cuidado de deixar mais caro ao retirar da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana.

Um dia conheceremos tudo; conheceremos a dívida que o PT está deixando em Belo Horizonte na Câmara de Compensação Tarifária.

Quem pagará será o povo de Belo Horizonte. Quem está pagando é a região metropolitana, o trabalhador e a trabalhadora. Sr. Presidente, colocaremos nossa posição com muita firmeza, a partir da frente parlamentar em defesa do metrô, em defesa da população de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Sr. Presidente, sei que V. Exa., com muito cuidado, quer votar as matérias constantes na pauta, e que também me interessa. Aliás, há uma proposta de minha autoria, com o apoio de vários Deputados. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/7/06, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Andréa Lemos Cardoso do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Débora Dornas dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando Roberto Moreira Rodrigues Júnior do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Maria Luiza Nonato Martins para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Fabiano Julio de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Francisco Rafael Gonçalves, matrícula 9661-0, no período de 1º a 30/8/2006.

Mesa da Assembléia, 3 de agosto de 2006.

Mauri Torres, Presidente

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	
GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO	
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
MAIO/2005 a ABRIL/2006	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 586, de 29/08/2005)	R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	MAI/2005 A ABR/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	348.106.025,39
Pessoal Ativo	219.892.556,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	128.213.468,46
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF-art.18,\$ 1º)	0,00
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º)	171.233.696,75
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	894.819,86
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	21.405.988,26
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	28.236.548,81
(-) Pensionistas (4)	1.865.819,03
(-) Inativos (5)	98.111.100,62
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)	20.719.420,17
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Previdenciárias (7)	10.240.232,99

TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD(IV) = (I-II+III)		187.112.561,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)		20.544.796.252,74
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)		0,9108%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 2,2272%		457.573.702,14
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22, da LRF) - 2,1158%		434.686.799,12
RCL Fonte SCAO/SEF, dados da execução Safci - SIAFI-Assembléia		
Nota:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
	(4)	Desp. c/ pensionistas, nos termos da IN TCEMG n. 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN n. 05, de 19/12/01
	(5)	Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs. 1 e 5/2001 - deduzindo-se as contribuições previdenciárias dos servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG da linha "Inativos com Recursos Vinculados (1)"
	(6)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - art. 3º da Resolução nº. 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº. 2.331/2004.
	(7)	Obrigações Patronais FUNFIP e FUNPEMG
<p>Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente - Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente - Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente - Antônio Andrade, 1º-Secretário - Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário - Elmiro Nascimento, 3º-Secretário - Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, - Diretor de Planejamento e Finanças; Valter Morato Barcelos - Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.</p>		
<p>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS</p> <p>GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO</p> <p>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS</p> <p>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</p> <p>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL</p> <p>ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</p> <p>MAIO/2005 a ABRIL/2006</p>		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 586, de 29/08/2005)		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADA

			MAI/2005 A ABR/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			348.106.025,39
	Pessoal Ativo		219.892.556,93
	Pessoal Inativo e Pensionistas		128.213.468,46
	Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF-art.18,\$ 1º)		0,00
	Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º) (II)		71.256.777,10
	(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)		894.819,86
	(-) Decorrentes de Decisão Judicial		0,00
	(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)		21.405.988,26
	(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)		28.236.548,81
	(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)		20.719.420,17
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Previdenciárias (5)			10.240.232,99
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD(IV) = (I-II+III)			287.089.481,28
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)			20.544.796.252,74
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)			1,3974%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 2,2272%			457.573.702,14
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22, da LRF) - 2,1158%			434.686.799,12
RCL Fonte SCAO/SEF, dados da execução Safci - SIAFI-Assembléia			
Nota:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;	
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;	
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;	
	(4)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - art. 3º da Resolução nº. 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº. 2.331/2003.	
	(5)	Obrigações Patronais FUNFIP e FUNPEMG	

	Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise, 1º-Vice-Presidente - Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente - Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente - Antônio Andrade, 1º-Secretário - Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário - Elmiro Nascimento, 3º-Secretário- Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças - Valter Morato Barcelos, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade			